

Tupi Energias Renováveis S.A.

Relatório sobre a revisão de informações financeiras
intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265D3-017-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	5
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2026	15

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O primeiro trimestre de 2026 marcou o primeiro ano completo de operações da Tupi Energias Renováveis S.A. ("Tupi" ou "Companhia"). Ao longo desse primeiro ano, a Companhia concluiu sua reorganização societária, em junho de 2025, e estabeleceu sua estrutura de capital por meio da emissão de debêntures de R\$ 820 milhões — fundações que sustentam a operação integrada dos ativos. Além disso a companhia concluiu a abertura de capital como categoria B na CVM, e manteve a operação contínua dos complexos eólicos Icarai, Taiba, Amontada e Riachão. O período jan-mar/2026 representa, assim, o quarto trimestre consecutivo completo da Companhia como emissora e controladora dos ativos, consolidando uma trajetória de execução e disciplina operacional desde o início de suas atividades.

A geração de caixa foi o principal destaque do trimestre: o fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 43,6 milhões no consolidado fechando o período com uma posição de caixa livre de R\$ 118,1 milhões. Quando acrescida de R\$ 67,0 milhões em caixa restrito vinculado às debêntures, totaliza R\$ 185,1 milhões de liquidez disponível e restrita, conferindo maior conforto à gestão financeira da Companhia para os próximos ciclos.

A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 60,6 milhões no trimestre, representando um crescimento de 16% em relação aos dados *proforma* consolidado das investidas do primeiro trimestre de 2025 [R\$ 52,3 milhões²], base que reflete os mesmos ativos operando sob estrutura equivalente. O resultado do trimestre incorporou o impacto do *curtailment (constrained-off)* imposto pelo ONS, que gerou necessidade de compra de energia para cumprimento dos contratos incentivados dos complexos Amontada e Riachão — compras que totalizaram R\$ 17,1 milhões no período.

O EBITDA atingiu R\$ 19,6 milhões no trimestre, uma expansão expressiva frente ao EBITDA *proforma* de R\$ 5,8 milhões² registrado no primeiro trimestre de 2025 — evolução que reflete a maturidade operacional alcançada pela plataforma ao longo de seu primeiro ano.

O resultado líquido do período foi um prejuízo de R\$ 34,3 milhões, explicado essencialmente pelas despesas financeiras líquidas de R\$ 31,2 milhões decorrentes da 1ª emissão de debêntures — custo esperado e precificado na estrutura de capital, que viabilizou a consolidação dos ativos sob uma plataforma única e cujo perfil de amortização é compatível com a geração operacional projetada.

O endividamento total de R\$ 858,8 milhões em debêntures tem mais de 80% dos vencimentos previstos após 2029, estrutura que preserva a geração de caixa livre nos próximos anos.

Em fevereiro de 2026, as controladas operacionais aprovaram reduções de capital no montante agregado de R\$ 42,97 milhões, cujos recursos retornarão à Companhia após o prazo legal de 60 dias, reforçando a posição de liquidez consolidada.

O saldo do passivo represado de ressarcimento junto à CCEE passou de R\$ 69,6 milhões em 31/12/2025 para R\$ 75,7 milhões em 31/03/2026, reflexo da suspensão temporária do cronograma de pagamentos determinada pela ANEEL. Esse tema anda conjuntamente com o tema do ressarcimento do *curtailment* aprovado pela Lei nº 15.269/2025 e atualmente em fase de regulamentação, o qual a Companhia acompanha ativamente os desdobramentos regulatórios em curso. A regulamentação complementar da ANEEL para o período setembro/2023 a novembro/2025 está em andamento, e a Companhia estima ressarcimentos de aproximadamente R\$ 40,1 milhões¹ para seus complexos — valor que, uma vez definido o mecanismo e seu cronograma de liquidação, poderá ser reconhecido contabilmente e representar um reforço relevante ao resultado futuro. A Administração mantém postura prudencial e aguarda a devida clareza regulatória antes de qualquer registro contábil, atuando de forma próxima às discussões setoriais para garantir que os interesses da Companhia sejam adequadamente considerados.

A governança corporativa da Tupi segue estruturada de forma compatível com seu porte e perfil regulatório, com gestão centralizada pelo Grupo Ibitu Energia por meio de Contrato de Compartilhamento de Despesas. A Companhia mantém políticas abrangentes de seguros para seus ativos operacionais e avança de forma consistente em iniciativas de conformidade ambiental, gestão de resíduos e segurança ocupacional nos complexos eólicos — pilares que sustentam a longevidade operacional da plataforma.

A Administração da Tupi Energias Renováveis S.A. agradece a dedicação de seus colaboradores e a confiança de investidores, debenturistas e parceiros institucionais. Ao completar seu primeiro ano em atividade, a Tupi demonstrou — inclusive neste primeiro trimestre do ano — a solidez operacional de sua plataforma, a disciplina de sua gestão financeira e o compromisso inabalável com a criação de valor de longo prazo para acionistas, credores e demais stakeholders. Com fundamentos robustos e liquidez confortável, a Tupi segue confiante em sua trajetória e em seu papel na transição energética do Brasil.

¹ *informação não-financeira não revisada.*

² *informação proforma consolidado das Demonstrações Financeiras de janeiro a março de 2025 das investidas, mas não contida na DF da Tupi que passou a consolidar investidas apenas a partir de março de 2025 - informação não revisada.*

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tupi Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

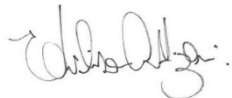
Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.164	1.087	118.075	113.313
Contas a receber de clientes	5	-	-	24.215	32.013
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	-	102	163
Adiantamentos a fornecedores		-	-	802	791
Impostos e contribuições a recuperar		682	642	1.075	644
Estoque de peças para manutenção da usina		-	-	3.091	2.817
Despesas pagas antecipadamente		-	-	36	497
Dividendos a receber	14	-	13.513	-	-
Partes relacionadas	14	10.400	44.901	-	-
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		2	-	63	-
Total do ativo circulante		50.248	60.143	147.459	150.238
Ativo não circulante					
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	67.013	67.697	67.013	67.697
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	-	-	548
Partes relacionadas	14	-	-	6.147	9.061
		67.013	67.697	73.160	77.306
Investimentos	8	756.342	757.877	-	-
Imobilizado	9	-	-	811.079	826.728
Intangível	10	106.480	107.867	135.105	136.722
Ativo de direito de uso	15	-	-	45.043	45.621
		862.822	865.744	991.227	1.009.071
Total do ativo não circulante		929.835	933.441	1.064.387	1.086.377
Total do ativo		980.083	993.584	1.211.846	1.236.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante					
Fornecedores	11	81	41	30.353	37.059
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	295	292
Debêntures	13	66.061	36.521	66.061	36.521
Impostos e contribuições a recolher	18	60	39	907	2.187
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	-	-	2.372	4.787
Dividendos a pagar	19 (b)	-	-	-	23.122
Partes relacionadas	14	-	13.048	10	13.048
Arrendamentos	15	-	-	5.077	5.155
Licenças ambientais de instalação e operação	17	-	-	1.930	1.593
Outras contas a pagar		-	-	30	-
Total do passivo circulante		66.202	49.649	107.035	123.764
Passivo não circulante					
Fornecedores	11	-	-	2.368	2.875
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	529	602
Debêntures	13	792.711	788.492	792.711	788.492
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	7	-	-	126.721	104.478
Impostos diferidos - ICMS		-	-	547	487
Arrendamentos	15	-	-	46.434	46.316
Licenças ambientais de instalação e operação	17	-	-	1.386	2.085
Provisões para contingências	30	-	-	6.789	6.621
Provisão para desmantelamento	16	-	-	6.156	5.452
Total do passivo não circulante		792.711	788.492	983.641	957.408
Patrimônio líquido					
Capital social	19	217.436	217.436	217.436	217.436
Prejuízos acumulados		(96.266)	(61.993)	(96.266)	(61.993)
Total do patrimônio líquido		121.170	155.443	121.170	155.443
Total do passivo e do patrimônio líquido		980.083	993.584	1.211.846	1.236.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Receita operacional líquida	22	-	-	60.614	13.806
Custos dos serviços		-	-	(56.603)	(22.961)
Custos de operação	23	-	-	(15.246)	(4.591)
Depreciação do imobilizado	9	-	-	(17.014)	(5.610)
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	-	(578)	(200)
Amortização do intangível	10	-	-	(593)	(445)
Compra de energia elétrica	24	-	-	(17.103)	(10.196)
Encargos de uso da rede elétrica	25	-	-	(6.069)	(1.919)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	4.011	(9.155)
Despesas operacionais		(3.011)	(14.909)	(3.977)	(3.152)
Serviços de terceiros	26	(73)	(26)	(1.395)	(634)
Despesas com pessoal		-	-	-	(1.960)
Despesas administrativas	27	(16)	-	(829)	(462)
Despesas de viagem		-	-	(276)	-
Depreciação do imobilizado	9	-	-	(7)	(5)
Amortização do intangível	10	(1.387)	-	(1.387)	-
Reversões (provisões) para demandas judiciais	30	-	-	1	(7)
Outras despesas operacionais		-	-	(84)	(84)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.535)	(14.883)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras		(3.011)	(14.909)	34	(12.307)
Resultado financeiro	28	(31.262)	-	(31.154)	(1.779)
Receitas financeiras		2.602	-	5.993	1.796
Despesas financeiras		(33.864)	-	(37.147)	(3.575)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(34.273)	(14.909)	(31.120)	(14.086)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	29	-	-	(3.153)	(823)
Prejuízo do período proveniente das operações em continuidade		(34.273)	(14.909)	(34.273)	(14.909)
Prejuízo do período de operações descontinuadas	1.2.4	-	(25.159)	-	(25.159)
Prejuízo do período		(34.273)	(40.068)	(34.273)	(40.068)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações em continuidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Prejuízo do período - operações continuadas	(34.273)	(14.909)	(34.273)	(14.909)
Prejuízo do período - operações descontinuadas	-	(25.159)	-	(25.159)
Total dos resultados abrangentes do período	(34.273)	(40.068)	(34.273)	(40.068)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital realizado	(-) Capital a integralizar			
Em 1º de janeiro de 2025		-	-	-	-	-
Constituição da companhia em 01.01.2025		100	(100)	-	-	-
Integralização de capital social	19	-	100	-	-	100
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	19	-	-	316	-	316
Aumento de capital social com AFAC	19	216	-	(216)	-	-
Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis	19	1.412.784	-	-	-	1.412.784
Prejuízo do período - operações continuadas		-	-	-	(14.909)	(14.909)
Prejuízo do período - operações descontinuadas	1.2	-	-	-	(25.159)	(25.159)
Em 31 de março de 2025		1.413.100	-	100	(40.068)	1.373.132
Em 31 de dezembro de 2025		217.436	-	-	(61.993)	155.443
Prejuízo do período		-	-	-	(34.273)	(34.273)
Em 31 de março de 2026		217.436	-	-	(96.266)	121.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade					
		(34.273)	(14.909)	(31.120)	(14.086)
Ajuste para reconciliar o prejuízo antes dos tributos com o fluxo de caixa					
Depreciação do ativo imobilizado	9	-	-	17.021	5.615
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	-	578	200
Amortização do intangível	10	1.387	-	1.980	445
Reversões de contingências	30	-	-	(1)	7
Juros sobre debêntures	13-28	9.337	-	9.337	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12-28	-	-	27	1.984
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	12-28	-	-	-	24
Apropriação (amortização) de custos sobre debêntures	13-28	431	-	431	-
Atualização financeira sobre debêntures	13-28	23.995	-	23.995	-
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	12-28	-	-	-	465
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	16-28	-	-	788	253
Atualização financeira depósitos judiciais	10-28	-	-	(194)	-
Atualização financeira sobre ICMS diferido	28	-	-	8	5
Ajuste a valor presente – provisão para desmantelamento	16-28	-	-	(84)	(229)
Ajuste a valor presente – passivo de arrendamentos	15-28	-	-	1.417	-
Ajuste a valor presente – passivo de licença ambiental de operação	17-28	-	-	57	-
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	28	-	-	(19)	(6)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.535	14.883	-	-
		2.412	(26)	24.221	(5.323)
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	8.346	4.452
Contas ressarcimento energia a receber – CCEE		-	-	61	20
Estoque de peças para manutenção das usinas		-	-	(274)	(368)
Impostos e contribuições a recuperar		(40)	-	(1.075)	(215)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(11)	(384)
Despesas pagas antecipadamente		-	(407)	461	(238)
Partes relacionadas		-	-	2.914	23
		(40)	(407)	10.422	3.290
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		40	26	(7.213)	5.247
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar		21	-	(1.319)	(187)
Contas ressarcimento de energia a pagar – CCEE		-	-	22.243	9.740
Partes relacionadas		-	-	10	-
Outras contas a pagar		-	-	30	-
		61	26	13.751	14.800
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
		2.433	(407)	48.394	12.767

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.814)	-
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(25)	(1.797)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais e operações continuadas		2.433	(407)	43.555	10.970
Atividades de investimento					
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		682	-	621	(3.377)
Aquisição de ativo imobilizado	9	-	-	(1.372)	(1.517)
Aquisição de participação na Ibitu Renováveis	33	-	-	-	80.343
Redução de capital investidas	14	34.501	-	-	-
Dividendos recebidos	14	13.513	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		48.696	-	(751)	75.449
Atividades de financiamento					
Custo de captação de debêntures	13	(4)	-	(4)	-
Pagamento de passivo de arrendamentos	15	-	-	(1.377)	(346)
Pagamento de licença ambiental de operação e instalação	17	-	-	(419)	(29)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	316	-	316
Aumento de capital	19	-	100	-	100
Redução de capital	14	(13.048)	-	(13.048)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	12	-	-	(72)	(3.969)
Dividendos pagos	19 (b)	-	-	(23.122)	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		(13.052)	416	(38.042)	(3.928)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas					
		38.077	9	4.762	82.491
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	1.087	-	113.313	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	-	39.164	9	118.075	82.491
Variação em caixa e equivalentes de caixa		38.077	9	4.762	82.491

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Atividades continuadas					
Receitas		-	-	63.307	14.457
Vendas de energia	22	-	-	63.307	14.457
Insumos adquiridos de terceiros		(89)	(26)	(36.333)	(16.893)
Energia elétrica comprada para revenda	24	-	-	(17.103)	(10.196)
Encargos sobre uso da rede elétrica	25	-	-	(6.069)	(1.919)
Materiais, serviços e outros		(89)	(26)	(13.161)	(4.778)
Valor adicionado bruto		(89)	(26)	26.974	(2.436)
Depreciação e amortização		(1.387)	-	(19.579)	(6.260)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(1.476)	(26)	7.395	(8.696)
Valor adicionado recebido em transferência		1.067	(14.883)	5.993	1.731
Resultado de equivalência patrimonial de operações continuadas	8	(1.535)	(14.883)	-	-
Receitas financeiras		2.602	-	5.993	1.731
Valor adicionado total a distribuir		(409)	(14.909)	13.388	(6.965)
Distribuição do valor adicionado		(409)	(14.909)	13.388	(6.965)
Pessoal		-	-	4.436	2.778
Remuneração direta		-	-	4.431	2.757
Benefícios		-	-	5	21
Impostos, taxas e contribuições		-	-	5.541	1.830
Federais		-	-	5.466	1.738
Estaduais		-	-	75	8
Municipais		-	-	-	84
Encargos setoriais		-	-	380	123
Remuneração de capital de terceiros		33.864	-	37.304	3.213
Juros		33.805	-	37.088	3.273
Aluguéis		-	-	157	93
Outras		59	-	59	(153)
Remuneração de capitais próprios		(34.273)	(14.909)	(34.273)	(14.909)
Prejuízo do período de operações continuadas		(34.273)	(14.909)	(34.273)	(14.909)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas nºs 1 e 2.6.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi” ou “Companhia”, ou ainda “Grupo Ibitu” quando se referir à Companhia, sua controlada Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”) e suas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, desde 29 de outubro de 2025, nos termos da Resolução CVM 80/22, categoria “B” e foi constituída em 1º de janeiro de 2025, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12ª andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social **(a)** a participação societária nas sociedades de propósito específico responsáveis pelo desenvolvimento e operação dos Parques Eólicos Amontada, Icaraí, Riachão e Taíba, as quais atuam, direta ou indiretamente **(a.i)** no setor de energia; **(a.ii)** na realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; **(a.iii)** em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; **(a.iv)** na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; **(a.v)** na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida na legislação aplicável; **(b)** a atuação direta nas atividades mencionadas no item (a); **(c)** a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas.

A Companhia é controlada pela Ibitu Energia, que, por sua vez, é controlada pelo Fundo de Investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

Em 17 de março de 2025, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do seu capital social, por meio da qual a Ibitu Energia transferiu para a Companhia as suas ações na Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Ibitu Renováveis”), convertendo em capital social da Companhia o valor do acervo líquido da Ibitu Renováveis, avaliado pelo valor contábil, nos termos dos artigos 183 e 184 da Lei Federal nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), com base no Balanço Patrimonial da Ibitu Renováveis levantados em 28 de fevereiro de 2025, correspondente ao montante de R\$1.412.783.721,80 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta centavos). Dessa forma, a Companhia passou a consolidar os resultados da Ibitu Renováveis e suas controladas a partir de 1º de março de 2025. Nesse mesmo ato, foi aprovada a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital em Capital Social da Companhia no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), totalizando, portanto, neste ato, um aumento de capital social de R\$1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove reais mil e setecentos e vinte e um reais).

Da estrutura societária transferida para a Companhia, apenas as empresas operacionais destacadas adiante (Nota Explicativa nº 1.1) permaneceram como investimentos da Companhia, motivo pelo qual, estas empresas estão sendo tratadas nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como parte das atividades continuadas. As demais empresas (Nota Explicativa nº 1.2), seguiram a Ibitu Renováveis, que foi transferida para a Ibitu Energia em 30 de junho de 2025 e, dessa forma, estão apresentadas nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como “Operações descontinuadas”.

a) Reorganização Societária

A Companhia foi constituída com o propósito de controlar determinados ativos operacionais do Grupo Ibitu, em linha com os negócios desenvolvidos pela Ibitu Energia. Nesse contexto, em 30 de junho de 2025, foi concluída uma reorganização societária no Grupo Ibitu, por meio da qual a Companhia passou a deter diversos complexos eólicos, quais sejam, as operações em continuidade identificadas nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tais complexos reúnem, em uma mesma região geográfica do Brasil, múltiplas usinas de geração de energia eólica que compartilham infraestrutura, sendo operadas de forma integrada. Cada complexo, por sua vez, é composto por sociedades de propósito específico (SPEs), entidades jurídicas individualizadas responsáveis pela titularidade dos ativos e pela condução operacional de cada uma das usinas que o integram.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo dessa operação foi racionalizar e simplificar a estrutura societária do Grupo Ibitu, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

Atualmente, os ativos da Companhia estão organizados da seguinte maneira:

i) Complexo Eólico Icarai:

- Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (“SPE Icarai I”);
- Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (“SPE Icarai II” e, em conjunto com a SPE Icarai I, as “SPEs Icarai”).

ii) Complexo Eólico Taiba:

- Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. (“SPE Águia”);
- Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. (“SPE Andorinha”);
- Central Geradora Eólica Colônia S.A. (“SPE Colônia” e, em conjunto com a SPE Águia e, SPE Andorinha, as “SPEs Taiba”).

iii) Complexo Eólico Amontada:

- Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. (“SPE Ilha Grande”);
- Central Geradora Eólica Palmas S.A. (“SPE Palmas”);
- Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. (“SPE Ribeirão” e, em conjunto com a SPE Ilha Grande e, SPE Palmas, as “SPEs Amontada”).

iv) Complexo Eólico Riachão:

- Central Geradora Eólica Acari S.A. (“SPE Acari”);
- Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. (“SPE Albuquerque”);
- Central Geradora Eólica Anemol S.A. (“SPE Anemol”);
- Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. (“SPE Apeliotes”);
- Central Geradora Eólica Arena S.A. (“SPE Arena” e, em conjunto com a SPE Acari, SPE Albuquerque, SPE Anemol e, SPE Apeliotes, as “SPEs Riachão”, que, em conjunto com as SPEs Icarai, SPEs Taiba e SPEs Amontada, são denominadas as “SPEs em continuidade”).

A Reorganização Societária, aconteceu mediante os seguintes passos:

- **1º Passo:** Em 17 de março de 2025, houve o aporte na Companhia do investimento detido pela Ibitu Energia na Ibitu Energias Renováveis, por meio de aumento do capital social da Companhia. No mesmo ato também houve deliberação de aumento de capital da Companhia mediante conversão de AFAC;
- **2º Passo:** Em 16 de abril de 2025: o Grupo Ibitu realizou aportes sucessivos de parte dos recursos auferidos na Emissão das Debêntures da Companhia (Nota Explicativa nº 13) para que os montantes chegassem ao nível das SPEs;
- **3º Passo:** Também em 16 de abril de 2025, no mesmo ato societário de aporte de capital referido no 2º passo, foi realizado um aumento de capital das SPEs Albuquerque e Arena, que eram partes devedoras no contexto dos mútuos financeiros existentes com Brise, integralizado pela Brise com o crédito por ela detido contra as referidas SPEs em decorrência do mútuo;
- **4º Passo:** Em 30 de junho de 2025, foi realizada a cisão parcial das SPEs Apeliotes, Acari, Palmas e Anemol que são partes credoras no contexto dos mútuos financeiros existentes perante a Brise, com a incorporação do acervo cindido (crédito detido contra a Brise) pela própria Brise, havendo, assim, confusão entre crédito e débito;
- **5º Passo:** Realizado em duas datas **(i)** em 09 de maio de 2025, a Ventus foi parcialmente cindida e **(ii)** em 30 de junho de 2025, a Brise foi parcialmente cindida, com, em ambos os casos, incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e nas SPEs Brise, respectivamente) pela Ibitu Renováveis;

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- **6º Passo:** Em 30 de junho de 2025: A Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida com a incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise) pela Companhia;
- **7º Passo:** Em 30 de junho de 2025: Houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis –, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia detém, atualmente, o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise. Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No mesmo ato societário, ocorreu também aumento do seu capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de AFAC, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia;

- **8º Passo:** Em 30 de junho de 2025: houve a incorporação de Ventus e Brise pela Ibitu Renováveis, de modo que a Ibitu Renováveis é a entidade remanescente, enquanto Ventus e Brise deixaram de existir.

Entidade	Em 17 de março de 2025		A partir de 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Operações continuadas				
Complexo Icarai (1.1.1)				
Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (“Icarai I”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (“Icarai II”)	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Taiba (1.1.1)				
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. (“Águia”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. (“Andorinha”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Colônia S.A. (“Colônia”)	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Riachão (1.1.2)				
Central Geradora Eólica Acari S.A. (“Acari”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. (“Albuquerque”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Anemoi S.A. (“Anemoi”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. (“Apeliotes”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Arena S.A. (“Arena”)	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Amontada (1.1.2)				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. (“Ilha Grande”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Palmas S.A. (“Palmas”)	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. (“Ribeirão”)	Indireta	100%	Direta	100%
Operações descontinuadas				

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Entidade	Em 17 de março de 2025		A partir de 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Ibitu Energias Renováveis	Direta	100%	-	-
Sub-holdings da Ibitu Energias Renováveis:				
Ventus Energias Renováveis S.A. (“Ventus”) (Nota Explicativa nº 1.2)	Indireta	100%	-	-
Brise Energias Renováveis S.A. (“Brise”) (Nota Explicativa nº 1.2)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (“CGER”) (Nota Explicativa nº 1.2.1)	Indireta	100%	-	-
Éolos Energias Renováveis S.A. (“Éolos”) (Nota Explicativa nº 1.2.3)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande II Solar S.A. (“CG2”) (Nota Explicativa nº 1.2.2)	Indireta	100%	-	-

b) Abertura de capital (categoria “B”)

Em 29 de outubro de 2025, a Companhia obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para abertura de capital na categoria B. O registro foi formalizado sob o número 2794-4 na CVM, nos termos da Resolução CVM nº 80/22, por meio do Processo SEI nº 19957.009958/2025-51.

1.1. Operações continuadas

Em 31 de março de 2026, as controladas que formam os Complexos de Icaraí, Taíba, Amontada e Riachão encontravam-se em operação comercial.

1.1.1. Complexos Icaraí e Taíba (Contratos de energia de reserva)

(i) As controladas Icaraí I e Icaraí II entraram em operação comercial em 29 de março de 2014, por meio do despacho nº 793 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 28 de março de 2014; e

(ii) As controladas Colônia, Taíba Águia e Taíba Andorinha entraram em operação comercial em 19 de junho de 2014, por meio dos despachos nº 1.897, 1.898 e 1.899, respectivamente, emitidos pela ANEEL em 18 de junho de 2014.

De acordo com Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, a operação comercial das unidades geradoras e os contratos de suprimentos possuem os seguintes prazos:

a) Autorização

Eólica	Complexo	Estado	Capacidade Instalada MW (*)	Energia Assegurada MW médios	Autorização		Operação comercial	
					Início	Término	Despacho ANEEL (nº)	Data de entrada em operação
CGE Icaraí I S.A.	Ceará	Icaraí	27,3	13,0	06/10/2010	05/10/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Icaraí II S.A.	Ceará	Icaraí	37,8	18,0	31/08/2010	30/08/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Taíba Águia S.A.	Ceará	Taíba	23,1	10,5	02/07/2010	01/07/2045	1.898/2014	19/06/2014
CGE Taíba Andorinha S.A.	Ceará	Taíba	14,7	6,6	06/10/2010	05/10/2045	1.899/2014	19/06/2014
CGE Colônia S.A.	Ceará	Taíba	18,9	8,2	08/07/2010	07/07/2045	1.897/2014	19/06/2014

(*) informação não-financeira não auditada.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Contrato de energia de reserva

	Contrato de energia reserva	Resolução autorizativa ANEEL (nº)	Valor total do contrato - R\$	Preço - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh	Data do início de suprimento do CER	Data do final de suprimento do CER
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	92/09	3.223	278.984	142,00	326,65	15/12/2012	30/12/2032
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	76/09	3.222	354.204	142,00	326,65	15/12/2012	30/11/2032
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	48/09	3.221	218.051	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	95/09	3.225	252.836	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	84/09	3.224	160.989	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033

Por meio dos contratos acima, as SPEs se comprometem a vender a totalidade da energia gerada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, aos preços informados, reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os contratos estabelecem um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente a 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, as SPEs terão direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Neste caso, a compensação ocorrerá em 24 parcelas mensais e uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

1.1.2. Complexos Amontada e Riachão (Contratos de energia incentivada)

Entidade	Complexo eólico	Localização do parque	Resolução autorizativa ANEEL	Data de final da autorização	Capacidade de produção instalada - MW (*)
Central Geradora Eólica Acari S.A.	Riachão	RN	3.489/2012	27/06/2045	29,7
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	Riachão	RN	3.490/2012	30/05/2045	27,0
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	Riachão	RN	3.493/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	Riachão	RN	3.491/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Arena S.A.	Riachão	RN	3.492/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	Amontada	CE	3.267/2011	20/08/2044	29,7
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	Amontada	CE	3.273/2011	30/08/2044	24,3
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	Amontada	CE	3.271/2011	25/09/2044	21,6

(*) informação não-financeira não auditada.

a) Autorização

Conforme demonstrado abaixo, estas controladas estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Datas de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Acari S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	01/01/2015	31/12/2045
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Arena S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	01/01/2014	31/12/2043

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Contrato de energia incentivada

As controladas SPEs dos Complexos de Amontada e Riachão, têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos e, de acordo com o contrato, essas sociedades estão obrigadas a entregarem a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vierem a ser celebrados com terceiros.

Ao longo do ano, as SPEs dos Complexos Amontada e Riachão compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

1.2. Operações descontinuadas

Por meio da capitalização da Ibitu Renováveis na Companhia (1º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), as entidades a seguir tiveram o seu controle societário indireto transferido para a Companhia em 17 de março de 2025. Contudo, com a Cisão Parcial da Companhia (7º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis passou a ser novamente controlada diretamente pela Ibitu Energia e, levando consigo essas entidades, que, portanto, tiveram seu controle societário indireto transferido para a Ibitu Energia e estão sendo tratadas como Operações descontinuadas nestas informações financeiras:

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Ibitu Energias Renováveis S.A.	Holding
Ventus Energias Renováveis S.A.	Holding
Brise Energias Renováveis S.A.	Holding
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (1.2.1)	Holding
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Brite S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Eólica operacional
Caldeirão Grande II Solar S.A. (1.2.2)	Holding
Central Geradora Solar Florenz S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Nótus S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Japurá S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Lira S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	Solar operacional
Éolos Energias Renováveis S.A. (1.2.3)	Holding
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Em desenvolvimento

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Projeto descontinuado
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Projeto descontinuado

1.2.1. Controladas da Caldeirão Grande I

A Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (“CGER”) é proprietária da totalidade das ações das sociedades identificadas adiante, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais eólicas, que compõem o Complexo Eólico de Caldeirão I, localizadas no estado do Piauí, que se encontram em operação comercial conforme indicado a seguir:

Entidade	Resolução autorizativa ANEEL	Data de início da autorização	Data final da autorização	Capacidade de produção instalada - MW (*)
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	4.398/2013	05/08/2016	05/07/2046	29,7
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	4.397/2013	26/05/2017	26/05/2047	29,7
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	4.396/2013	28/07/2017 e 11/08/2017	28/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	4.399/2013	19/07/2017 e 18/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Brite S.A.	4.390/2013	24/06/2017 e 09/09/2017	24/06/2047	29,7
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	4.395/2013	19/07/2017 e 31/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	4.394/2013	18/08/2017	18/08/2047	29,7 ¹

¹ Capacidade instalada segundo a outorga de 29,7MW, no entanto, a capacidade efetiva para esse empreendimento é de 10,8MW (*).

(*) informação não-financeira não auditada.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Autorização

Conforme demonstrado adiante, estas SPEs do Complexo Eólico Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada realizado por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Data de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Brite S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	01/01/2016	31/12/2035

b) Contrato de energia incentivada

As SPEs do Complexo de Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, de acordo com o contrato, essas companhias estão obrigadas a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vier a ser celebrado com terceiros. No período, as SPEs do Complexo de Caldeirão I compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

1.2.2. Controladas da Caldeirão Grande II Solar

A Caldeirão Grande 2 Solar S.A. (“CG2”) é proprietária da totalidade das ações das sociedades identificadas adiante, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais solares que compõem o Complexo Solar de Caldeirão II, localizadas no estado do Piauí, e que entraram em operação comercial, conforme datas indicadas a seguir:

Entidade	Data do início da operação comercial	Data do término da operação
Central Geradora Solar Florenz S.A.	17/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Nótus S.A.	04/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	22/12/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Japurá S.A.	17/11/2022	20/07/2044
Central Geradora Solar Lira S.A.	31/01/2023	20/07/2044
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	03/01/2023	20/07/2044
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	18/02/2023	20/07/2044

As SPEs do Complexo Solar Caldeirão II estão em regime de autorização e têm a sua produção comercializada no ambiente de contratação livre.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.2.3. Controladas da Éolos

A Éolos Energias Renováveis S.A. (“Éolos”) é proprietária da totalidade das quotas das sociedades identificadas adiante, todas constituídas com o propósito de desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia solar ou eólica.

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 30/06/2025
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Projeto descontinuado
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Projeto descontinuado

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.2.4. O resultado das operações descontinuadas está apresentado a seguir:

	Descontinuadas
	Período de 31 dias
	R\$ mil
Receita operacional líquida	22.599
Custos operacionais	(27.768)
Custos de operação	(2.098)
Depreciações do imobilizado	(6.475)
Depreciação de ativo de direito de uso	(169)
Amortizações	(457)
Compra de energia elétrica	(16.445)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.124)
Lucro bruto	(5.169)
Despesas operacionais	(3.096)
Serviços de terceiros	(322)
Despesas com pessoal	(571)
Despesas administrativas	(87)
Despesas de viagem	(20)
Depreciação	(256)
Amortização	(1.812)
Impostos e taxas	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	(8.265)
Resultado financeiro líquido	(16.316)
Receitas financeiras	2.356
Despesas financeiras	(18.672)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.581)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(578)
Prejuízo do período das operações descontinuadas	(25.159)

1.3. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (“CCL”) positivo consolidado das atividades continuadas no montante de R\$ 40.424 (R\$ 26.474 em 31 de dezembro de 2025) e prejuízo do período nas atividades continuadas de R\$ 34.273 (R\$ 14.909 em 31 de março de 2025).

Com relação ao resultado operacional, a Companhia obteve lucro operacional de R\$ 34 (R\$ 12.307 de prejuízo operacional em 31 de março de 2025, correspondente a 31 dias de operação consolidada - Nota Explicativa no 1). Adicionalmente, a Companhia apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$ 43.555 (R\$ 10.970 em 31 de março de 2025).

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As presentes informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como as resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em especial a Resolução CVM no 80/22, aplicável às companhias abertas categoria "B".

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma conforme descrito nas políticas contábeis da Nota 3. Nas informações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto pela adoção das normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 descritas na Nota Explicativa no 3.16, cujos impactos a Administração avaliou e concluiu serem irrelevantes.

As informações intermediárias não incluem todas as divulgações exigidas em demonstrações financeiras anuais completas e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tais como capacidade de produção de energia, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 14 de maio de 2026.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes, que auxiliem os usuários das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Bases de consolidação

As participações em controladas em 31 de março de 2026 estão demonstradas a seguir:

Controlada	Quantidade de ações	Partic. - %	Capital social R\$
Complexo Icarai			
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	32.067.769	100%	32.068
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	47.073.185	100%	47.073
Total			79.141
Complexo Taiba			
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.552.990	100%	28.553
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	42.601.147	100%	42.601
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	25.412.852	100%	25.413
Total			96.567
Complexo Amontada			
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	58.683.396	100%	58.683
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	47.073.733	100%	47.074
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.542.380	100%	47.542
Total			153.299
Complexo Riachão			
Central Geradora Eólica Acari S.A.	69.978.118	100%	69.978
Central Geradora Eólica Arena S.A.	75.748.617	100%	75.749
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	66.618.380	100%	66.618
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	86.805.614	100%	86.806
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	64.382.342	100%	64.382
Total			363.533

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

a) Controladas

Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 9);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 10);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 15);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.8);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais (Nota Explicativa nº 17);
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 16); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 30).

2.6. Comparabilidade das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras consolidadas referentes ao período findo em 31 de março de 2025, apresentadas para fins comparativos nas Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, compreendem apenas 31 dias de operação consolidada (de 1o a 31 de março de 2025). Isso decorre do fato de que a Companhia passou a consolidar os resultados das controladas operacionais somente a partir de 1o de março de 2025, data em que foram transferidas para a Companhia as participações societárias na Ibitu Energias Renováveis S.A., conforme descrito na Nota Explicativa no 1.

Em consequência, os valores do período comparativo de 2025 não são diretamente comparáveis com os valores do período de três meses findo em 31 de março de 2026, que refletem um trimestre completo de operações. As diferenças verificadas entre os períodos decorrem, portanto, não apenas de variações no desempenho operacional, mas também desta assimetria de base temporal. Ao longo das notas explicativas, os valores do período comparativo de 2025 são identificados com o símbolo (*), acompanhados da informação de que correspondem ao intervalo de 1o a 31 de março de 2025.

O Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 é apresentado como comparativo ao Balanço Patrimonial em 31 de março de 2026, em conformidade com a NBC TG 21 (R4), que determina a utilização do último exercício encerrado — e não do trimestre anterior — como base de comparação para as posições patrimoniais.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Operações descontinuadas

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota Explicativa nº 1.2. Todas as demais notas às informações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros (“teste SPPI”). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados, contas de ressarcimento de energia a receber e saldos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Classificação e mensuração

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e contas correntes, contas a receber de clientes, conta ressarcimento de energia a receber – CCEE, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas, entre outros, conforme Nota Explicativa nº 31.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

- Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

d) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas de ressarcimento de energia a pagar, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Em 31 de março de 2026, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. A amortização é reconhecida como despesa financeira.

c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge em 2025 e 2026.

3.4. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do período em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do período.

a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares, constituídas mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

c) Direito de exploração

Registrado ao custo de aquisição e refere-se ao direito de exploração da autorização. Esse direito de exploração está pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas.

O ativo intangível é amortizado com base no prazo remanescente de autorização de energia.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

d) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado (Nota Explicativa nº 17) e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.8. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e demandas judiciais. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento dos parques eólicos considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(b) Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, exceto no caso das investidas SPEs, que optaram pela tributação por meio do lucro presumido.

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Optaram pelo regime tributário: Lucro presumido, as SPES operacionais continuadas dos complexos Icará, Taíba, Amontada e Riachão, além das descontinuadas operacionais controladas por CGER e as SPEs não operacionais de Éolos; do Lucro real, a Companhia, as SPES operacionais descontinuadas de CG2, a Ibitu Renováveis e as todas as subholdings (Ventus, Brise, Éolos, CGER e CG2).

3.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.8).

Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.15. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

b) Custos dos serviços

Os custos dos serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027
Emendas ao IAS 21	Falta de Intercambiabilidade (ajustes residuais de transição, se aplicável a novos cenários)	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Conta corrente	13	25	206	194
Aplicações financeiras (*)	39.151	1.062	117.869	113.119
Total	39.164	1.087	118.075	113.313

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB de renda fixa, em instituições de primeira linha, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias. Não há montantes vencidos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Ativo circulante	31/03/2026	31/12/2025
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	3.093	3.093
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	3.851	3.851
Total	6.944	6.944
Complexo Taiba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	2.121	2.121
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	2.515	2.515
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	1.591	1.591
Total	6.227	6.227
Total contas a receber com a Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	13.171	13.171
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	1.084	2.647
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	872	2.126
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	765	1.865
Total	2.721	6.638
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	1.828	2.681
Central Geradora Eólica Arena S.A.	1.785	2.618
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	1.786	2.618
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.172	1.732
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	1.743	2.555
Total	8.314	12.204
Total contas a receber com a Cemig Geradora e Transmissão S.A.	11.035	18.842
Demais clientes	9	-
Total contas a receber - Ativo circulante	24.215	32.013

Durante o período findo em 31 de março de 2026 e no exercício de 2025, não foi constituída provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que as controladas atuam (liquidação centralizada pela CCEE, com garantias e mecanismos de proteção), o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

O saldo de cauções de R\$ 2 registrados no ativo circulante, e de R\$ 67.013 (R\$ 67.697 em 31 de dezembro de 2025), registrados no ativo não circulante, refere-se a aplicações financeiras em fundos de renda fixa de longo prazo, mantidas no Banco Santander, vinculadas às debêntures, cujo saldo deverá ser equivalente ao valor da parcela de debêntures vincenda, nos prazos estabelecidos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, as controladas e a Oliveira Trust (credor fiduciário).

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Essas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia de acordo com as regras previstas nesse mesmo instrumento contratual.

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo não circulante		
Controladas		
Tupi Energias Renováveis S.A.	2	-
Total	2	-
Ativo não circulante		
Tupi Energias Renováveis S.A.	67.013	67.697
Total	67.013	67.697
Total de cauções e depósitos vinculados	67.015	67.697

7. Conta ressarcimento de energia – CCEE (Consolidado)

A conta de ressarcimento de energia refere-se aos ajustes apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), decorrentes de desvios entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada (energia assegurada ajustada pelo fator de disponibilidade).

Os saldos em 31 de março de 2026 apresentam as seguintes composições:

	31/03/2026			
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	Total
Ativo circulante (a)	-	102	-	102
3º quadriênio – Ano 4	-	102	-	102
Andorinha	-	4	-	4
Colônia	-	98	-	98
Passivo não circulante				
3º quadriênio – Ano 3 - Apurações abaixo	(19.940)	-	-	(19.940)
Águia	(3.767)	-	-	(3.767)
Icará I	(7.049)	-	-	(7.049)
Icará II	(9.124)	-	-	(9.124)
3º quadriênio – Ano 4 - Saldo do	(41.381)	-	-	(41.381)
Águia	(9.699)	-	-	(9.699)
Icará I	(14.358)	-	-	(14.358)
Icará II	(17.324)	-	-	(17.324)
4º quadriênio – Ano 1 - Apurações abaixo	(14.367)	(7.109)	-	(21.476)
Águia	(1.955)	(967)	-	(2.922)
Andorinha	(1.190)	(589)	-	(1.779)
Colônia	(1.628)	(806)	-	(2.434)
Icará I	(5.105)	(2.526)	-	(7.631)
Icará II	(4.489)	(2.221)	-	(6.710)
4º quadriênio – Ano 1 - Saldo entre 90% e	-	-	(16.167)	(16.167)
Águia	-	-	(3.087)	(3.087)
Andorinha	-	-	(1.953)	(1.953)
Colônia	-	-	(2.604)	(2.604)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2026			Total
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
Icará I	-	-	(3.796)	(3.796)
Icará II	-	-	(4.727)	(4.727)
4º quadriênio - provisão de penalidade	-	-	(4.324)	(4.324)
Águia	-	-	(767)	(767)
Andorinha	-	-	(369)	(369)
Colônia	-	-	(686)	(686)
Icará I	-	-	(1.149)	(1.149)
Icará II	-	-	(1.353)	(1.353)
4º quadriênio - Ano 2	-	-	(23.433)	(23.433)
Águia	-	-	(4.287)	(4.287)
Andorinha	-	-	(3.583)	(3.583)
Colônia	-	-	(4.776)	(4.776)
Icará I	-	-	(5.650)	(5.650)
Icará II	-	-	(5.137)	(5.137)
Total do passivo (b)	(75.688)	(7.109)	(43.924)	(126.721)
Saldo líquido (ativo+passivo)	(75.688)	(7.007)	(43.924)	(126.619)

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 apresentam as seguintes composições:

	31/12/2025			Total
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
Ativo circulante (a)	163	-	-	163
3º quadriênio - Ano 4	163	-	-	163
Andorinha	6	-	-	6
Colônia	157	-	-	157
Ativo não circulante (b)	-	-	548	548
4º quadriênio - Ano 2	-	-	548	548
Icará II	-	-	548	548
Total do ativo (a+b)	163	-	548	711
Passivo não circulante				
3º quadriênio - Ano 3 - Apurações abaixo de	(19.736)	-	-	(19.736)
Águia	(3.728)	-	-	(3.728)
Icará I	(6.977)	-	-	(6.977)
Icará II	(9.031)	-	-	(9.031)
3º quadriênio - Ano 4 - Saldo do	(40.959)	-	-	(40.959)
Águia	(9.600)	-	-	(9.600)
Icará I	(14.212)	-	-	(14.212)
Icará II	(17.147)	-	-	(17.147)
4º quadriênio - Ano 1 - Apurações abaixo	(8.932)	(12.440)	-	(21.372)
Águia	(1.215)	(1.692)	-	(2.907)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025			Total
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
Andorinha	(740)	(1.030)	-	(1.770)
Colônia	(1.012)	(1.410)	-	(2.422)
Icará I	(3.174)	(4.421)	-	(7.595)
Icará II	(2.791)	(3.887)	-	(6.678)
4º quadriênio - Ano 1 - Saldo entre 90% e	-	-	(16.001)	(16.001)
Águia	-	-	(3.055)	(3.055)
Andorinha	-	-	(1.933)	(1.933)
Colônia	-	-	(2.577)	(2.577)
Icará I	-	-	(3.757)	(3.757)
Icará II	-	-	(4.679)	(4.679)
4º quadriênio - provisão de penalidade	-	-	(2.390)	(2.390)
Águia	-	-	(410)	(410)
Andorinha	-	-	(36)	(36)
Colônia	-	-	(299)	(299)
Icará I	-	-	(686)	(686)
Icará II	-	-	(959)	(959)
4º quadriênio - Ano 2	-	-	(4.020)	(4.020)
Águia	-	-	(725)	(725)
Andorinha	-	-	(1.304)	(1.304)
Colônia	-	-	(1.615)	(1.615)
Icará I	-	-	(376)	(376)
Total do passivo (b)	(69.627)	(12.440)	(22.411)	(104.478)
Saldo líquido (ativo+passivo)	(69.464)	(12.440)	(21.863)	(103.767)

Os saldos a receber, registrados no ativo, representam os ressarcimentos decorrentes de geração de energia superior ao volume contratado, quando situados na faixa de tolerância entre 100% e 130%.

Os saldos a pagar referem-se a valores devidos em razão de desvios negativos de geração em relação ao volume contratado, valorados e liquidados conforme as regras contratuais e regulatórias a seguir:

Ressarcimento de volume de energia gerado versus volume contratual	Preço do ressarcimento sobre a diferença de volume entregue	Forma de pagamento contratual
Geração acima de 130% do volume contratual	70% do preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 100% e 130% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Vinte e quatro parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 90% e 100% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Geração abaixo de 90% do volume contratual (volume de energia não gerada)	Preço contratual atualizado + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

Nos termos do Despacho ANEEL no 2.303/2019, os pagamentos decorrentes das apurações realizadas a partir de outubro de 2019 foram inicialmente suspensos. Posteriormente, houve a retomada e a liquidação dos valores referentes às apurações até agosto de 2023.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Contudo, em comunicado divulgado em 15 de dezembro de 2025, a CCEE, em função da publicação da Lei nº 15.269/2025 (tratada adiante), informou a suspensão do cronograma de pagamentos dos ressarcimentos relativos às apurações a partir de setembro de 2023, período abrangido pela referida legislação.

Até a data-base, permanecia pendente, por parte da CCEE, a definição de um novo calendário para a liquidação desses valores.

O aumento do saldo líquido passivo decorre das contabilizações regulatórias realizadas pela CCEE no âmbito do LER, resultantes dos desvios de geração em relação à energia assegurada apurados no ciclo corrente e no último ciclo encerrado, bem como da suspensão do cronograma de pagamentos mencionada acima.

A movimentação do saldo líquido durante o período foi a seguinte:

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Saldo líquido inicial	(103.767)	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	(62.855)
Apuração de ressarcimentos a serem realizados	(21.768)	(7.991)
Apuração de ressarcimento com penalidade	(232)	(1.394)
Atualização financeira ressarcimento (Nota Explicativa nº 28)	(852)	(375)
Saldo líquido final	(126.619)	(72.615)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

8. Investimentos (Controladora)

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	37.269	38.069
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	54.856	55.396
Total	92.125	93.465
Complexo Taíba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	35.390	35.249
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	46.015	45.669
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	28.641	28.583
Total	110.046	109.501
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	65.310	65.559
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	56.088	55.893
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.415	48.288
Total	168.813	169.740
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	76.469	75.919
Central Geradora Eólica Arena S.A.	78.094	78.423
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	74.070	73.349
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	83.880	84.736
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	72.845	72.744
Total	385.358	385.171
Saldo de Investimentos	756.342	757.877

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos investimentos continuados

2026	Controladora		
	31/12/2025	Equivalência patrimonial	31/03/2026
Complexo Icarai			
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	38.069	(800)	37.269
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	55.396	(540)	54.856
Total	93.465	(1.340)	92.125
Complexo Taiba			
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	35.249	141	35.390
Central Geradora Eólica Taiba Água S.A.	45.669	346	46.015
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	28.583	58	28.641
Total	109.501	545	110.046
Complexo Amontada			
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	65.559	(249)	65.310
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	55.893	195	56.088
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	48.288	(873)	47.415
Total	169.740	(927)	168.813
Complexo Riachão			
Central Geradora Eólica Acari S.A.	75.919	550	76.469
Central Geradora Eólica Arena S.A.	78.423	(329)	78.094
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	73.349	721	74.070
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	84.736	(856)	83.880
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	72.744	101	72.845
Total	385.171	187	385.358
Saldo de investimentos	757.877	(1.535)	756.342

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2025	Controladora				
	Saldo em 01/01/2025	Transferência de participação societária – empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	Distribuição de dividendos para controladores anteriores	Equivalência patrimonial	31/03/2025
Complexo Icarai					
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	-	52.628	(3.402)	(1.264)	47.962
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	-	67.880	(4.956)	(791)	62.133
Total	-	120.508	(8.358)	(2.055)	110.095
Complexo Taiba					
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	39.222	(14.434)	(569)	24.219
Central Geradora Eólica Taiba Água S.A.	-	40.934	(4.789)	(966)	35.179
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	-	29.360	(3.203)	(553)	25.604
Total	-	109.516	(22.426)	(2.088)	85.002
Complexo Amontada					
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	46.079	(1.903)	(814)	43.362
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	45.999	(2.133)	(810)	43.056
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	37.633	(879)	(942)	35.812
Total	-	129.711	(4.915)	(2.566)	122.230
Complexo Riachão					
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	71.388	(4.775)	(1.803)	64.810
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	61.199	(3.475)	(1.594)	56.130
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	67.232	(5.496)	(1.628)	60.108
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	54.840	(213)	(1.475)	53.152
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	67.054	(5.672)	(1.674)	59.708
Total	-	321.713	(19.631)	(8.174)	293.908
Saldo de investimentos	-	681.448	(55.330)	(14.883)	611.235

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Informações gerais

31 de março de 2026	Quantidade de ações	Partic. - %	Capital social	Patrimônio líquido
Complexo Icarai				
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	32.067.769	100%	32.068	37.269
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	47.073.185	100%	47.073	54.856
Total			79.141	92.125
Complexo Taiba				
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.552.991	100%	28.553	35.390
Central Geradora Eólica Taiba Água S.A.	42.601.147	100%	42.601	46.015
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	25.412.853	100%	25.413	28.641
Total			96.567	110.046
Complexo Amontada				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	58.683.397	100%	58.683	65.310
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	47.073.734	100%	47.074	56.088
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.542.381	100%	47.542	47.415
Total			153.299	168.813
Complexo Riachão				
Central Geradora Eólica Acari S.A.	69.978.118	100%	69.978	76.469
Central Geradora Eólica Arena S.A.	75.748.617	100%	75.749	78.094
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	66.618.381	100%	66.618	74.070
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	86.805.615	100%	86.806	83.880
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	64.382.343	100%	64.382	72.845
Total			363.533	385.358
Em 31 de março de 2026			692.540	756.342

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2025	Quantidade de ações	Partic. - %	Capital social	Patrimônio líquido
Complexo Icaraí				
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	32.067.769	100%	32.068	38.069
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	47.073.185	100%	47.073	55.396
Total			79.141	93.465
Complexo Taíba				
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.552.991	100%	28.553	35.249
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	42.601.147	100%	42.601	45.669
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	25.412.853	100%	25.413	28.583
Total			96.567	109.501
Complexo Amontada				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	58.683.397	100%	58.683	65.559
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	47.073.734	100%	47.074	55.893
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.542.381	100%	47.542	48.288
Total			153.299	169.740
Complexo Riachão				
Central Geradora Eólica Acari S.A.	69.978.118	100%	69.978	75.919
Central Geradora Eólica Arena S.A.	75.748.617	100%	75.749	78.423
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	66.618.381	100%	66.618	73.349
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	86.805.615	100%	86.806	84.736
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	64.382.343	100%	64.382	72.744
Total			363.533	385.171
31 de dezembro de 2025			692.540	757.877

(*) Resultado apurado a partir da aquisição de participação societária nas controladas em 17 de março de 2025 (Nota Explicativa nº 1).

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Saldo inicial	757.877	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis	-	626.118
Equivalência patrimonial	(1.535)	(14.883)
Saldo final	756.342	611.235

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

9. Imobilizado (Consolidado)

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	Consolidado					
		31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,89%	27.777	(9.851)	17.926	27.615	(9.604)	18.011
Máquinas e equipamentos	1,11%	1.511.058	(731.734)	779.324	1.507.881	(714.972)	792.909
Equipamentos de informática	1,94%	206	(131)	75	206	(127)	79
Móveis e utensílios	0,99%	419	(274)	145	405	(270)	135
Veículos	-	201	(201)	-	201	(201)	-
Provisão para desmantelamento	0,17%	2.358	(2.060)	298	2.358	(2.056)	302
Total em serviço		1.542.019	(744.251)	797.768	1.538.666	(727.230)	811.436
Em curso							
Adiantamentos a fornecedores		99	-	99	6	-	6
Material em depósito		12.328	-	12.328	11.669	-	11.669
Máquinas e equipamentos		884	-	884	3.617	-	3.617
Total em curso		13.311	-	13.311	15.292	-	15.292
Total		1.555.330	(744.251)	811.079	1.553.958	(727.230)	826.728

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

2026	Consolidado				Em 31 de março de 2026
	Em 31 de dezembro de 2025	Adições	Transferência	Depreciação	
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.011	162	-	(247)	17.926
Máquinas e equipamentos	792.909	-	3.177	(16.762)	779.324
Equipamentos de informática	79	-	-	(4)	75
Móveis e utensílios	135	14	-	(4)	145
Provisão para desmantelamento	302	-	-	(4)	298
Total em serviço	811.436	176	3.177	(17.021)	797.768
Em curso					
Adiantamentos a fornecedores	6	93	-	-	99
Máquinas e equipamentos	3.617	444	(3.177)	-	884
Material em depósito	11.669	659	-	-	12.328
Total em curso	15.292	1.196	(3.177)	-	13.311
Total	826.728	1.372	-	(17.021)	811.079

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2025	Consolidado						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldos de 28/02/2025	Adições	Transferência	Transferência do estoque	Depreciação	Em 31/03/2025
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	18.498	-	-	-	(80)	18.418
Máquinas e equipamentos	-	835.984	-	459	-	(5.531)	830.912
Equipamentos de informática	-	94	-	-	-	(2)	92
Móveis e utensílios	-	131	-	-	-	(1)	130
Provisão para desmantelamento	-	314	-	-	-	(1)	313
Total em serviço	-	855.021	-	459	-	(5.615)	849.865
Em curso							
Máquinas e equipamentos	-	503	1.517	(459)	-	-	1.561
Material em depósito	-	11.558	-	-	1.240	-	12.798
Compras em andamento	-	1.442	-	-	-	-	1.442
Total em curso	-	13.503	1.517	(459)	1.240	-	15.801
Total	-	868.524	1.517	-	1.240	(5.615)	865.666

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível (Consolidado)

	Taxa média amortização anual	Consolidado					
		31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Direito de exploração (iii)	0,69%	211.092	(99.965)	111.127	211.092	(98.515)	112.577
Servidão de passagem (i)	0,72%	24.944	(5.516)	19.428	24.644	(5.339)	19.305
Software	1,83%	547	(421)	126	547	(411)	136
Depósitos judiciais	-	-	-	-	1.442	-	1.442
Licença ambiental (ii)	6,40%	5.376	(2.758)	2.618	5.375	(2.414)	2.961
Total em serviço		241.959	(108.660)	133.299	243.100	(106.679)	136.421
Em curso							
Depósitos judiciais (i)		1.806	-	1.806	301	-	301
Total em curso		1.806	-	1.806	301	-	301
Total		243.765	(108.660)	135.105	243.401	(106.679)	136.722

A movimentação do intangível é como segue:

2026	Em 31 de dezembro de 2025	Atualização de processo	Atualização financeira de depósitos judiciais	Transferência	Amortização	Em 31 de março de 2026
Em serviço						
Direito de exploração (iii)	112.577	-	-	-	(1.450)	111.127
Servidão de passagem (i)	19.305	169	-	131	(177)	19.428
Software	136	-	-	-	(10)	126
Licença ambiental (Nota Explicativa nº 17) (ii)	1.442	-	-	(1.442)	-	-
Depósitos judiciais	2.961	-	-	-	(343)	2.618
Total em serviço	136.421	169	-	(1.311)	(1.980)	133.299
Em curso						
Depósitos judiciais (i)	301	-	194	1.311	-	1.806
Total em curso	301	-	194	1.311	-	1.806

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2026	Em 31 de dezembro de 2025	Atualização de processo	Atualização financeira de depósitos judiciais	Transferência	Amortização	Em 31 de março de 2026
Total	136.722	169	194	-	(1.980)	135.105

2025	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldos em 28/02/2025	Atualização de contingência	Amortização	Em 31 de março de 2025
Em serviço					
Direito de exploração (iii)	-	117.443	-	(21)	117.422
Servidão de passagem (i)	-	14.014	-	(58)	13.956
Software	-	219	-	(9)	210
Licença ambiental (Nota Explicativa nº 17) (ii)	-	3.265	-	(357)	2.908
Total em serviço	-	134.941	-	(445)	134.496
Em curso					
Depósitos judiciais (i)	-	1.510	-	-	1.510
Servidão de passagem (i)	-	5.517	82	-	5.599
Total em curso	-	7.027	82	-	7.109
Total	-	141.968	82	(445)	141.605

i) Servidão de passagem e depósitos judiciais vinculados à aquisição de direito de passagem:

- Servidão de passagem – refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta os parques geradores ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia;
- Depósitos judiciais – Eventualmente, os proprietários de terra podem não aceitar o valor da indenização proposto, que é calculado com base em normas técnicas brasileiras específicas, e iniciar discussão judicial a respeito do valor justo da indenização a ser paga pelo direito de passagem. Nesses casos, a Companhia realiza depósitos judiciais para fins de imissão de posse em caráter liminar, que também são registrados como parte do ativo intangível, dada a natureza de aquisição de direito de passagem.

ii) Licença ambiental de operação – a legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas de forma a autorizar a operação comercial do projeto. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência das licenças, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência de cada licença, que, para as controladas, têm vigência até 2027.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

iii) O saldo referente ao Direito de Exploração registrado, é composto da seguinte forma:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Aquisições dos Complexos Amontada e Riachão	50.503	51.170
Aquisições dos Complexos Icará e Taíba	55.977	56.697
Total Controladora	106.480	107.867
Aquisição do Complexo Amontada	4.647	4.710
Total Consolidado	4.647	4.710
Total	111.127	112.577

11. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 3 meses. Não há montantes vencidos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Fornecedores diversos	81	41
	81	41
	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	3.058	5.269
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	1.595	3.010
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	2.329	3.012
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.029	2.893
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	4.352	1.757
Central Geradora Eólica Arena S.A.	2.475	3.462
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	1.615	1.707
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	1.773	2.275
Total contas a pagar compra de energia com parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 14) (a)	19.226	23.385
Suprimento de energia elétrica com terceiros	-	1.974
Fornecedores - O&M (*)	2.116	2.070
Fornecedores de materiais e serviços diversos	9.011	9.630
Total contas a pagar a fornecedores (b)	11.127	13.674
(c) Total contas a pagar a fornecedores - passivo circulante (a+b)	30.353	37.059
Não circulante		
Fornecedores - O&M (*)	2.368	2.875
Total contas a pagar a fornecedores - passivo não circulante (d)	2.368	2.875
Total contas a pagar a fornecedores (c+d)	32.721	39.934

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(*) O saldo de R\$ 2.116 (R\$ 2.070 em 31 de dezembro de 2025) no circulante e R\$ 2.368 (R\$ 2.875 em 31 de dezembro de 2025) no não circulante, está relacionado a cobranças controversas do contrato de operação e manutenção dos complexos Icaraí e Taíba, envolvendo investimentos no plano de recuperação e a cobrança de danos acordados por indisponibilidade abaixo de 97%. Em 2023, a Administração do Grupo decidiu pagar o saldo controverso. O saldo está sendo pago em 40 parcelas mensais e consecutivas, com encerramento em abril de 2028.

Para os demais fornecedores, o vencimento ocorrerá em até três meses, com exceção de partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e não há operação de antecipação conhecida como de risco sacado.

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
BNDES FINAME (a)	295	529	824	292	602	894
Total	295	529	824	292	602	894

(a) BNDES FINAME

Em fevereiro de 2024, as controladas SPE Taíba Águia e SPE Icaraí I contrataram Cédula de Crédito Bancário – CCB (“Finame”) no valor total de R\$ 710 cada junto ao BNDES com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos (pá carregadeira).

Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na IPCA mais spread de 8,68% para Icaraí I e 8,64% para Taíba Águia. O Finame será pago ao BNDES em 60 prestações mensais e sucessivas e teve início em 15 de março de 2024.

Em 16 de fevereiro de 2024, o crédito foi disponibilizado diretamente ao fornecedor.

Para a operação de Finame, a Ibitu Energias Renováveis S.A. (parte relacionada e controladora indireta anterior) figura como avalista coobrigada nas operações e há alienação fiduciária do equipamento adquirido por meio dessa linha de crédito.

	Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	1.136
Encargos dos empréstimos	15
Pagamento de principal	(24)
Juros Pagos	(9)
Saldo em 31 de março de 2025	1.118
Saldo em 31 de dezembro de 2025	894
Encargos dos empréstimos	27
Juros Pagos	(25)
Pagamento de principal	(72)
Saldo em 31 de março de 2026	824

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(b) BNDES (Financiamentos quitados em 16 de abril de 2025)

Complexos Icarai e Taiba

As controladas Icarai I, Icarai II, Taiba Águia, Taiba Andorinha e Colônia firmaram, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 253.972, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2030. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 90.963.

Complexo Amontada

As controladas Ilha Grande, Palmas e Ribeirão firmaram, em setembro de 2014, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 173.307, tendo vencimento da última amortização em fevereiro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 68.659.

Complexo de Riachão

As controladas Acari, Albuquerque, Anemoi, Apeliotes e Arena firmaram, em novembro de 2015, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 335.718, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 130.647.

b.1) Garantias e covenants do BNDES

Para as operações de financiamento de longo prazo, foi dado como garantia ao BNDES, o penhor da totalidade das ações de emissão das SPES, da Ventus, Brise e Ibitu Renováveis, assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato e os ativos constituídos das máquinas e equipamentos relativos ao parque eólico.

Além de outras garantias, cedeu fiduciariamente ao BNDES:

- os direitos creditórios de qualquer contrato de venda de energia que venham a ser celebrados pela Ibitu Renováveis;
- os créditos que venham a ser depositados nas referidas contas vinculadas ao financiamento.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelo BNDES, foi utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido no contrato de financiamento.

O índice é calculado ao término de cada exercício. O ICSD estava atendido pelas controladas até o encerramento do último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b.2) Aportes SPES e Quitação BNDES

Em 16 de abril de 2025, a Companhia aportou nas controladas continuadas, por meio das investidas Ventus e Brise, R\$ 246 milhões e as SPES quitaram na mesma data as dívidas existentes com o BNDES. Os aportes e quitações ocorreram conforme a seguir:

	Aporte de capital da Companhia nas controladas	Valor de quitação BNDES
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	13.282	17.782
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	21.250	29.250
Total	34.532	47.032
Complexo Taiba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	12.533	13.533
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	18.864	19.864
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	4.558	10.558
Total	35.955	43.955
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	26.959	27.959

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Aporte de capital da Companhia nas controladas	Valor de quitação BNDES
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	20.691	21.691
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	19.028	19.028
Total	66.678	68.678
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	25.852	28.652
Central Geradora Eólica Arena S.A.	24.804	23.503
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	17.620	26.602
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	21.503	25.620
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	19.102	26.304
Total	108.881	130.681
Total	246.046	290.346

Com a quitação da dívida, os saldos de cauções vinculados à dívida foram liberados e resgatados em 08 de maio de 2025.

c) Movimentação BNDES e BNDES FINAME

	Consolidado
Saldo inicial em 01/01/2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis – empresas continuadas – saldo de 28/02/2025	294.984
Amortização do custo de captação	24
Encargos dos empréstimos	1.984
Atualização do principal	465
Pagamento de principal	(3.969)
Juros pagos	(1.797)
Saldo em 31 de março de 2025	291.691
Saldo em 31 de dezembro de 2025	894
Encargos dos empréstimos	27
Juros pagos	(25)
Pagamento de principal	(72)
Saldo em 31 de março de 2026	824

13. Debêntures

	31/03/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão de debêntures	56.752	562.600	619.352	32.186	562.600	594.786
2ª Emissão de debêntures	11.034	246.637	257.671	6.059	242.846	248.905
(-) Custos de captação	(1.725)	(16.526)	(18.251)	(1.724)	(16.954)	(18.678)
Total	66.061	792.711	858.772	36.521	788.492	825.013

Em 18 de março de 2025, a Tupi Energias Renováveis S.A. assinou o “Instrumento Particular de Emissão da 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 (duas) Séries, Para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição” (“Emissão”), aditado em 15 de abril de 2025 ato devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e autorizada pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da Resolução CVM 160. A emissão efetiva e liquidação da Emissão aconteceu em 16 de abril de 2025.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Características da Emissão

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, garantia adicional e fidejussória, em duas séries, em rito de registro automático de distribuição, totalizando

R\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais) com as seguintes características principais:

Primeira Série (Debêntures Institucionais): R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) com vencimento em 15 de outubro de 2034, prazo de aproximadamente 9,5 anos a partir da data de emissão (e remuneração de DI+2,90% a.a., não classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Segunda Série (Debêntures Incentivadas): R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais), com vencimento em 15 de outubro de 2036, com prazo de aproximadamente 11,5 anos a partir da data de emissão, e remuneração de IPCA+8,2194% a.a., classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Finalidade dos recursos

Os recursos captados com a emissão serão destinados para **(i)** o pré-pagamento de dívidas existentes das controladas (continuadas) perante o BNDES; **(ii)** distribuição de recursos ao controlador; **(iii)** reforço do capital de giro e **(iv)** reembolso de capital relacionado a investimentos realizados e investido futuros.

Garantias e Covenants

- Alienação fiduciária, em benefício dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia, bem como, de 100% das ações de emissão das controladas;
- Alienação fiduciária de determinados equipamentos que compreendem o Projeto, em benefício dos Debenturistas, conforme descrito no instrumento de Cessão Fiduciária de Equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas controladas; **(ii)** das autorizações ANEEL; **(iii)** dos contratos de operação e manutenção dos projetos; **(iv)** das apólices de seguro; **(v)** de outras receitas que sejam decorrentes do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vi)** de direitos econômicos oriundos de ações emitidas pelas SPEs; **(vii)** de todos os dos recursos depositados nas contas do projeto.

A emissão conta com obrigações usuais de mercado, além da obrigação de não distribuição de dividendos caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) fique abaixo de 1,25x. Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD com caixa (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com caixa), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = $\frac{[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{caixa inicial}) / \text{serviço da dívida}]}{1}$ deve ser maior ou igual a 1,30, a ser calculado ao final de cada semestre social, a partir de junho de 2026.

Pagamento da remuneração das debêntures

Debêntures Institucionais (juros + atualização monetária): Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Debêntures Incentivadas (juros): Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Amortização do principal

Debêntures Institucionais: Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025, com vencimento em outubro de 2034.

Debêntures Incentivadas: Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de abril de 2026, com vencimento em outubro de 2036.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures:

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-
Saldo em 31 de março de 2025	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	825.013
Atualização do principal	23.995
Encargos das debêntures	9.337
Custos de transação de emissão	(4)
Amortização do custo de captação	431
Saldo em 31 de março de 2026	858.772

Vencimento das debêntures:

	Saldo devedor total em 31 de março de 2026	Menos de um ano até 31 de março de 2027	Entre um e dois anos 1º de abril de 2028 até março de 2031	A partir de 2031
Debêntures	858.772	66.061	103.525	689.186
Total	858.772	66.061	103.525	689.186

14. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são como demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Ativo circulante				
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	-	676	-	-
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	-	1.203	-	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	1.156	-	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	-	657	-	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	-	625	-	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	1.568	-	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	2.325	-	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	1.196	-	-
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	-	2.106	-	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	1.487	-	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	514	-	-
Total partes relacionadas - ativo circulante - dividendos a receber	-	13.513	-	-
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	-	294	-	-
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	-	1.034	-	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	5.000	-	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	-	96	-	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	-	2.999	-	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	5.393	-	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	4.900	10.380	-	-
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	5.000	5.000	-	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	500	5.100	-	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	1.800	-	-
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	-	4.175	-	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	3.000	-	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	630	-	-

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Total partes relacionadas - Contas a receber de redução de capital de investidas	10.400	44.901	-	-
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	-	-	2.159	2.159
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	-	-	250	250
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	-	-	1.542	1.542
Total partes relacionadas - ativo não circulante - venda de imobilizado	-	-	3.951	3.951
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	-	1.075	3.656
Ibitu Energia S.A.	-	-	1.121	1.454
Total partes relacionadas - ativo não circulante - compartilhamento de despesas - saldo a compensar	-	-	2.196	5.110
Total partes relacionadas - ativo não circulante	-	-	6.147	9.061
Passivo				
Passivo circulante				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	-	3.058	5.269
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	-	1.595	3.010
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	-	2.329	3.012
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	-	2.029	2.893
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	-	4.352	1.757
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	-	2.475	3.462
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	-	1.615	1.707
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	-	1.773	2.275
Total partes relacionadas - passivo circulante - fornecedores	-	-	19.226	23.385
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	-	-	5.712
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	-	-	-	2.271
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	-	-	2.284
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	-	-	3.285
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	-	-	2.481
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	-	-	3.236
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	-	-	3.342
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	-	-	511
Total partes relacionadas - passivo circulante - dividendos a pagar para Ibitu Renováveis	-	-	-	23.122
Ibitu Energia S.A.	-	13.048	-	13.048
Subtotal partes relacionadas - passivo circulante - redução de capital social a pagar (A)	-	13.048	-	13.048
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	-	10	-
Subtotal partes relacionadas - passivo circulante - títulos a pagar - compartilhamento de despesas (B)	-	-	10	-
Total partes relacionadas - passivo circulante (A+B)	-	13.048	10	13.048

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

No resultado, as operações com partes relacionadas foram:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Operações no resultado do período:		
Receita de venda de energia (A)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 22)	7.256	998
Total	7.256	998
Custo com compra de energia (B)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 24)	(10.914)	(8.133)
Total	(10.914)	(8.133)
Movimentação de partes relacionadas no resultado (**)		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(4.859)	-
Ibitu Energia S.A.	(332)	(3.181)
Total partes relacionadas - despesas com contrato de compartilhamento de despesas (C)	(5.191)	(3.181)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 23)	(4.431)	(818)
Despesa com pessoal	-	(1.939)
Despesa serviços de terceiros	(484)	(273)
Despesas administrativas	(184)	(151)
Despesas com arrendamento	(92)	-
Total	(5.191)	(3.181)
Total partes relacionadas - resultado (A+B+C)	(8.849)	(10.316)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

(**) Contrato de Serviços Compartilhados relativos à estrutura corporativa e de operação de todo o Grupo para reembolso de despesas pelas SPEs que fazem uso dos serviços compartilhados, sem lucro e não onerosos.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia e de suas controladas foi paga pela controladora Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela parte relacionada Ibitu Energias Renováveis S.A.

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia, com as controladas e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo circulante

Redução de capital social receber (Controladora)

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	44.901	44.901
(-) Recebimentos	(34.501)	-
Saldo final	10.400	44.901

Dividendos a receber (Controladora)

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	13.513	13.513
(-) Recebimentos	(13.513)	-
Saldo final	-	13.513

Passivo Circulante

Redução de capital social pagar (Controladora)

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	13.048	13.048
(-) Pagamentos	(13.048)	-
Saldo final	-	13.048

Dividendos a pagar - (Controladas) - pagamentos para Ibitu Renováveis

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	23.122	23.122
(-) Pagamentos	(23.122)	-
Saldo final	-	23.122

15. Ativo de direito de uso e Arrendamentos (Consolidado)

As controladas possuem contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização.

Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Ativo de direito de uso

Os contratos de arrendamentos possuem prazos que abrangem todo o período de autorização e estão sendo depreciados a uma taxa média de 4,75% a.a.

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	45.621	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	49.553
Depreciação	(578)	(200)
Saldo final	45.043	49.353

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

	31/03/2026	31/12/2025
Arrendamentos	116.847	118.115
Ajuste a valor presente - AVP	(65.336)	(66.644)
Saldo de arrendamentos	51.511	51.471
Saldo do passivo circulante	5.077	5.155
Saldo do passivo não circulante	46.434	46.316

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	51.471	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	51.024
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 28)	1.417	-
Pagamentos	(1.377)	(346)
Saldo final	51.511	50.678

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em 31 de março de 2026	Menos de um ano até 31 de março de 2027	Entre um e dois anos 1º de abril de 2027 até março de 2031	Após 2031
51.511	5.077	17.770	28.664

16. Provisão para desmantelamento (Consolidado)

As controladas reconhecem provisão para os custos de desmantelamento e remoção dos parques eólicos ao final dos prazos de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, a partir de estudos de mercado, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do período.

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Passivo não circulante		
Provisão para desmantelamento	59.880	59.092
(-) Ajuste a valor presente	(53.724)	(53.640)
Total	6.156	5.452

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2026	31/12/2025
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	489	432
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	690	611
Total	1.179	1.043
Complexo Taiba		
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	345	372
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	421	230
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	260	305
Total	1.026	907
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	547	486
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	448	398
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	394	350
Total	1.389	1.234
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	518	458
Central Geradora Eólica Arena S.A.	523	463
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	523	463
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	475	421
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	523	463
Total	2.562	2.268
Total provisão de desmantelamento	6.156	5.452

A movimentação do período da provisão de desmantelamento é como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	5.452	5.528
Atualização financeira (Nota Explicativa no 28)	788	253
Ajuste a valor presente (resultado) (Nota Explicativa no 28)	(84)	(229)
Saldo final	6.156	5.552

17. Licenças ambientais de instalação e operação (Consolidado)

Referem-se à provisão para cumprimento de obrigações ambientais assumidas com a obtenção das licenças ambientais que permitem a instalação e operação dos parques geradores, conforme a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante		-
Licença ambiental de operação	1.927	1.657
(-) Ajuste a valor presente	3	(64)
Total	1.930	1.593
Passivo não circulante		
Licença ambiental de operação	1.332	2.945
(-) Ajuste a valor presente	54	(860)
Total	1.386	2.085
Total	3.316	3.678

O saldo passivo é atualizado por IPCA e ajustado a valor presente à taxa real WACC de 10,67% a.a.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do passivo foi como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	3.678	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	3.319
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa no 28)	57	-
Pagamentos	(419)	(29)
Saldo final	3.316	3.290

A estimativa de cumprimento das obrigações vinculadas às licenças de operação segue o seguinte calendário:

Saldo devedor total em 31 de março de 2026	Menos de um ano até 31 de março de 2027	Entre 1º de abril de 2027 até dezembro de 2029
3.316	1.930	1.386

Nas controladas foram reconhecidas provisões para cumprimento das licenças ambientais de operação em contrapartida aos direitos de operar no ativo intangível, que serão amortizados pela vida útil das licenças que, em geral, se encerram em setembro de 2027, quando devem ser renovadas. Os ativos estão sendo amortizados à taxa média de 28,84% ao ano:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	2.961	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	3.265
Amortização	(343)	(357)
Saldo final (Nota Explicativa nº 10)	2.618	2.908

(1) Registro da provisão para cumprimento das obrigações ambientais assumidas com as renovações de licenças ambientais de operação nas SPEs Arena e Albuquerque, ajustados a valor presente, com prazos de duração de 6 anos, até julho de 2031.

18. Impostos e contribuições a recolher e Imposto de renda e contribuição social a pagar (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições retidos	247	422
PIS a recolher	110	298
Cofins a recolher	518	1.379
ICMS a recolher	8	21
INSS a recolher	24	60
Outros tributos	-	7
Total de impostos e contribuições a recolher	907	2.187
IRPJ a recolher	1.374	2.908
CSLL a recolher	998	1.879
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	2.372	4.787
Total de tributos a recolher	3.279	6.974

O imposto de renda e a contribuição social pagos no período, no montante de R\$ 4.814, são superiores ao encargo reconhecido no resultado do período, de R\$ 3.153 (Nota Explicativa no 29), principalmente em razão do pagamento, no primeiro trimestre de 2026, de tributo apurado no quarto trimestre de 2025, cujos saldos estavam constituídos no passivo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.787). O saldo remanescente de R\$ 2.372 em 31 de março de 2026 refere-se a saldos da competência do trimestre findo em 31 de março de 2026 com vencimento após essa data, dentro do prazo legal ordinário.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.436, totalmente integralizado pela Ibitu Energia, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Ibitu Energia S.A.	217.436.365	100%	217.436
Total	217.436.365	100%	217.436

Em 1º de janeiro de 2025, a Companhia foi constituída com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e posteriormente totalmente integralizadas pelas acionistas Ibitu Energia, com 99.999 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove) ações ordinárias, e Ibitu Energias Renováveis, com 01 ação ordinária.

Em 30 de janeiro de 2025, a Ibitu Renováveis transferiu a sua única ação ordinária para a Ibitu Energia, que passou a ser acionista única da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia com a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), mediante a emissão de 216.000 (duzentas e dezesseis mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nessa mesma data, foi aprovado o aumento de capital social, com a conferência de bens à Companhia, conforme laudo de avaliação, correspondentes ao acervo líquido da Ibitu Energias Renováveis no valor de R\$ 1.412.783.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais), equivalente ao valor contábil de investimento da participação das ações da Ibitu Energias Renováveis, detidas pela Ibitu Energia. Esse valor foi integralizado no Capital social da Companhia com o repasse e transferência da totalidade dessas ações detidas pela Ibitu Energia.

Houve, portanto, um aumento total de R\$ 1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), mediante a emissão de 1.412.999.721 (um bilhão, quatrocentas e doze milhões, novecentas e noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Deste modo, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), dividido em 1.413.099.721 (um bilhão, quatrocentas e treze milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com respectivo cancelamento de 535.000.000 (quinhentas e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada. Com isso, o capital social passou dos atuais R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais) para R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais).

Em 30 de junho de 2025, houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis –, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia passou a deter o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, redução, portanto, de R\$647.725.083,05 (seiscentos e quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e cinco centavos).

No mesmo ato societário, ocorreu aumento do capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de AFAC, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia.

Em 21 de outubro de 2025 foi aprovada a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando de R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 217.436.365,49 (duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), uma redução, portanto, de R\$ 13.048.272,46 (treze milhões, quarenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos), registrada em dezembro de 2025.

b) Dividendos a pagar

No decorrer do processo de reorganização, as investidas, que passaram a ser diretamente controladas pela Companhia em 30 de junho de 2025, deliberaram o pagamento de dividendos adicionais para as controladas anteriores, que foram incorporadas pela Ibitu Renováveis (8o Passo da Reorganização Societária).

Demonstramos abaixo o montante pago de dividendos nesse contexto e as importâncias de dividendos que foram pagos para a Ibitu Renováveis em 29 de janeiro de 2026:

	Pagamentos de dividendos realizados no exercício de 2025	Saldo de dividendos a pagar para Ibitu Renováveis em 31/12/2025, cujos pagamentos foram realizados em 29 de janeiro de 2026
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	10.500	5.712
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	8.940	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	2.000	2.271
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	4.536	-
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	6.609	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.497	2.284
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	2.165	3.285
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	1.172	-
Central Geradora Eólica Açari S.A.	3.887	2.481
Central Geradora Eólica Arena S.A.	4.122	511
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	3.986	3.342
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	284	-
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	4.328	3.236
Total	55.026	23.122

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado por ação

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período – operações continuadas	(34.273)	(14.909)
Média ponderada de ações ordinárias (milhares)	217.436	222.370
Resultado por ação básico e diluído (R\$ por ação)	(0,16)	(0,07)

O cálculo resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído ao detentor de ações ordinárias dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período.

21. Informação por segmento de negócios

A Companhia e suas controladas possuem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica por meio de seus parques geradores. A Administração da Companhia não se utiliza de segmentação de negócio para alocar os recursos ou analisar o desempenho de sua atividade.

22. Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Suprimento de energia elétrica a terceiros	56.051	13.459
Partes relacionadas - Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa no 14)	7.256	998
Total receita bruta	63.307	14.457
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(412)	(94)
Cofins	(1.901)	(434)
Taxa de fiscalização ANEEL	(380)	(123)
Total das deduções	(2.693)	(651)
Total	60.614	13.806

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

(i) Ressarcimento

O Contrato de Energia Reserva garante uma receita fixa mensal para o gerador, independentemente da quantidade de energia efetivamente gerada. No entanto, existe um mecanismo de controle de ressarcimento que ajusta a diferença entre a energia contratada e a energia gerada, conforme abaixo.

Ressarcimento de volume de energia gerado versus volume contratual	Preço do ressarcimento sobre a diferença de volume entregue	Pagamento
Geração acima de 130% do volume contratual	70% do preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 100% e 130% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Vinte e quatro parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 90% e 100% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Geração abaixo de 90% do volume contratual	Preço contratual atualizado + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Impacto de *constrained-off* (cortes involuntários de geração)

A Companhia registrou redução em sua receita consolidada no período em análise devido aos impactos do mecanismo conhecido como “*constrained-off*”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “*constrained-off*” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. A partir de 01 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os ativos operacionais, o impacto pela redução na geração no resultado dos trimestres se deu conforme a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
Complexo Icarai	9.023	3.105	1.750	572
Complexo Taíba	7.555	2.744	1.170	403
Complexo Amontada	9.773	2.556	580	34
Complexo Riachão	14.367	4.060	3.246	1.062
Total	40.718	12.465	6.746	2.071

(*) Informação não-financeira não auditada

Lei nº 15.269/2025 – Possibilidade de ressarcimento de *curtailment*

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento/compensação de valores relacionados a cortes involuntários de geração (*constrained-off*).

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública nº 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do *constrained-off* por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 40.122 (**). Até 31 de março de 2026, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(**) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

23. Custos de operação (Consolidado)

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Aluguéis e arrendamentos	(96)	(93)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 14)	(4.431)	(818)
Impostos e taxas	(119)	(24)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(10.495)	(3.345)
Serviços de consultoria em comercialização de energia	-	(14)
Fretes	-	(104)
Seguros	(460)	(169)
Outros custos/Recuperação de despesas	355	(24)
Total (*)	(15.246)	(4.591)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

24. Compra de energia elétrica (Consolidado)

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia incentivada, mencionado na Nota Explicativa nº 1 (c), as controladas firmaram contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e com terceiros, com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Compras com a parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.		
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(1.764)	(845)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(360)	(139)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(940)	(506)
Total	(3.064)	(1.490)
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(1.524)	(1.486)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(1.928)	(1.178)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(1.381)	(1.471)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(1.393)	(1.024)
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	(1.624)	(1.484)
Total	(7.850)	(6.643)
Compras realizadas (Amontada e Riachão)	(10.914)	(8.133)
Total de compras com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	(10.914)	(8.133)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	(16)	(24)
Demais compras de energia com terceiros	(6.173)	(2.039)
	(6.189)	(2.063)
Total de compra de energia (*)	(17.103)	(10.196)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

Em 2026 e 2025, houve uma maior necessidade de aquisição de energia elétrica para o cumprimento dos contratos de venda decorrente, principalmente, dos efeitos do *constrained-off* sobre a geração eólica, que reduziram a energia efetivamente disponibilizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.

25. Encargos de uso da rede elétrica (Consolidado)

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pagos mensalmente às concessionárias de transmissão.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos períodos foram os seguintes:

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Complexo Icarai		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	(464)	(101)
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	(1.261)	(123)
Total	(1.725)	(224)
Complexo Taiba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	(326)	(78)
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	(399)	(136)
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	(253)	(378)
Total	(978)	(592)
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(486)	(148)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(327)	(92)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(353)	(108)
Total	(1.166)	(348)
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(444)	(152)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(450)	(154)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(449)	(154)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(409)	(140)
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	(448)	(155)
Total	(2.200)	(755)
Total	(6.069)	(1.919)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 2.6.

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, as controladas beneficiam-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (*).

(*) Informação não-financeira não auditada

26. Serviços de terceiros (Consolidado)

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Honorários de contabilidade	(126)	(26)
Honorários advocatícios	-	(40)
Serviços de informática	(13)	(7)
Serviços de consultoria	(13)	-
Serviços de vigilância	(468)	(234)
Compartilhamento de despesas	-	(273)
Outros serviços de terceiros	(775)	(54)
Total (*)	(1.395)	(634)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

27. Despesas administrativas (Consolidado)

	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Compartilhamento de despesas (**)	(184)	(151)
Outros aluguéis e arrendamentos	(61)	-
Materiais e equipamentos	(444)	-
Serviços de terceiros	(25)	-
Serviços com cartório e taxas judiciais	-	(265)
Despesas com informática	(10)	(11)
Despesas com telefones e comunicações	(21)	-
Outras despesas administrativas	(84)	(35)
Total (*)	(829)	(462)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas nºs 1 e 2.6.

(**) Cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada nas controladoras, mas que devem ser compartilhados com as empresas operacionais.

28. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	2.729	-	5.808	1.561
PIS e Cofins s/ receita financeira	(127)	-	(127)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 16)	-	-	84	229
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	-	-	34	6
Atualização financeira depósitos judiciais	-	-	194	-
Total	2.602	-	5.993	1.796
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(9.337)	-	(9.337)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	-	-	(27)	(1.984)
Comissão sobre fiança bancária	(58)	-	(58)	(84)
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancária	(42)	-	(77)	(2)
Atualização financeira sobre ressarcimento (Nota Explicativa nº 7)	-	-	(852)	(375)
Atualização financeira sobre fornecedores	-	-	(70)	-
Atualização financeira sobre debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(23.995)	-	(23.995)	-
Atualização financeira sobre financiamentos - TJLP (Nota Explicativa nº 12)	-	-	-	(465)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 16)	-	-	(788)	(253)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	-	-	(8)	(5)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos (Nota Explicativa nº 15)	-	-	(1.417)	-
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação (Nota Explicativa nº 17)	-	-	(57)	-
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	-	-	(15)	-
Custos de captação de financiamentos (Nota Explicativa nº 12)	-	-	-	(24)
Custos de captação de debêntures (Nota Explicativa nº 13)	(431)	-	(431)	-

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(15)	(383)
Total	(33.864)	-	(37.147)	(3.575)
Resultado financeiro líquido (*)	(31.262)	-	(31.154)	(1.779)

(*) Correspondente ao período entre 1o de março de 2025 e 31 de março de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Notas Explicativas no 1 e no 2.6.

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do lucro real

O IRPJ e CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.273)	(14.909)	(31.120)	(14.086)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	1.535	14.883	-	-
Total	(32.738)	(26)	(31.120)	(14.086)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	11.131	9	10.581	4.789
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Efeito da alíquota do lucro presumido (b)	-	-	(3.153)	(823)
Diferido de prejuízo fiscal não reconhecido	(11.131)	(9)	(10.581)	(4.789)
Impostos de renda e contribuição social efetiva	-	-	(3.153)	(823)
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	-	-	(3.153)	(823)
Total	-	-	(3.153)	(823)
Alíquota efetiva	-	-	10,13%	5,84%

b) Apuração do lucro presumido

As controladas que estão no lucro presumido adotam as alíquotas de presunção de imposto de renda à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Efeito do lucro presumido		
Receita bruta (Nota Explicativa nº 22)	63.307	14.457
Total receita bruta	63.307	14.457
IRPJ		
Alíquota da base	8%	
Base de cálculo do IRPJ	1.300	1.157
Base de cálculo do IRPJ adicional	4.141	-
Alíquota nominal	15%	(816)
Alíquota adicional	10%	(466)
Total IR sobre Receita Bruta	(1.282)	(264)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Efeito do lucro presumido	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025 (*)
Base receita financeira (regime de caixa)	3.489	1.184
Outras receitas	3	-
Alíquota nominal	15%	(524)
Alíquota adicional	10%	(349)
Total IR sobre Receita financeira	(873)	(296)
Total final IR a pagar	(2.155)	(560)
Total receita bruta	63.307	14.457
CSLL		
Alíquota da base	12%	
Base de cálculo da CSLL	7.597	1.735
Base de cálculo da CSLL adicional	-	-
Alíquota	9%	(156)
Total CSLL sobre Receita Bruta	(684)	(156)
Base receita financeira (regime de caixa)	3.489	1.184
Outras receitas	3	-
Alíquota	9%	(107)
Total CSLL sobre Receita financeira	(314)	(107)
Total final CSLL a pagar	(998)	(263)
Total final IR/CSLL a pagar - Lucro presumido (Controladas) (*)	(3.153)	(823)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 31 de março de 2025, a partir do qual a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

30. Provisões para contingências (Consolidado)

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia ou suas controladas. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Controladora

Na Controladora, não há contingências classificadas com probabilidade de perda provável ou possível em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Consolidado

a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	31/03/2026		31/12/2025	
			Quant.	Valor em R\$	Quant.	Valor em R\$
Ações promovidas pelas controladas para instituição da servidão administrativa vinculadas à passagem da linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	4	6.123	4	5.955
Auto de infração ambiental	Ambiental	Administrativo	5	666	5	666
Total			9	6.789	9	6.621

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	R\$ 6.621	-
Aquisição de participação societária - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	-	R\$ 6.176
Atualização financeira registrada no ativo intangível (*)	R\$ 169	R\$ 82
Atualização financeira (reversão) registrada no resultado	(R\$ 1)	R\$ 7
Saldo final	R\$ 6.789	R\$ 6.265

(*) Contingências relacionadas com direitos de passagem de linha de transmissão, por isso, as contrapartidas são registradas no ativo intangível.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço consolidado, conforme demonstrado acima, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as controladas são parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, avaliou e classificou que as chances de perda são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Consolidado

Resumo da ação	Tipo de processo Esfera		31/03/2026		31/12/2025	
			Quant.	Valor em R\$	Quant.	Valor em R\$
Impugnação contra cobrança de ISS sobre serviço tomado (a)	Tributário	Administrativa	25	43.506	25	42.362
Ação de indenização por alegados danos decorrentes de encargos logísticos	Cível	Judicial	1	44	1	43
Ação de indenização por alegados danos relacionados a ruídos	Cível	Judicial	27	5.436	28	6.094
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	4	Sem valor atribuído (*)	4	Sem valor atribuído (*)
Auto de infração por alegadas não-conformidades relacionadas ao evento "apagão" de 15/08/2024	Regulatório	Administrativa	5	1.288	5	1.288
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	-	-	1	368
Auto de infração ambiental	Ambiental	Judicial e Administrativo	4	69	4	69
Ações envolvendo indenizações decorrentes da passagem de linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	8	13.811	9	13.694
Ações promovidas pelas controladas para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão	Imobiliário	Judicial	8	5.513	8	5.472

(*) Sem valores envolvidos;

(a) Em 07 de janeiro de 2025, as controladas Ilha Grande, Icaraí I, Icaraí II, Palmas e Ribeirão ajuizaram Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer em face da Prefeitura Municipal de Amontada/CE.

A ação objetiva o reconhecimento da prescrição de créditos tributários referentes a autos de infração nº 05/2014, 06/2014, 07/2014, 08/2014 e 09/2014, lavrados em 2014, os quais questionam a exclusão de determinados valores da base de cálculo do ISS incidentes sobre aquisições de maquinário para implantação dos parques eólicos.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Conforme alegado na inicial, houve inércia da municipalidade por mais de cinco anos desde a constituição definitiva do crédito, ocorrida em 9 de agosto de 2019, sem o ajuizamento de execução fiscal. Assim, amparadas pelo art. 174 do Código Tributário Nacional, as empresas requerem a extinção dos créditos tributários e o afastamento de quaisquer restrições fiscais indevidas, inclusive com pedido de tutela provisória de urgência.

A Administração entende que a probabilidade de êxito da demanda é possível e acompanha o processo com assessoria jurídica especializada.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas.

Para 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o risco de crédito da Companhia e de suas controladas relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse contexto, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas das investidas será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. No entanto, a Companhia e suas controladas não esperam nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas e eventualmente gerando obrigações de ressarcimento no ACR. A Companhia e suas controladas mitigam esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia ou por suas controladas é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Controladora			
	Saldo devedor total em 31 de março de 2026	Menos de um ano até 31 de março de 2027	Entre 1º de abril de 2028 até março de 2031	A partir de abril de 2031
Fornecedores	81	81	-	-
Debêntures	858.772	66.061	103.525	689.186
Total	858.853	66.142	103.525	689.186

	Consolidado			
	Saldo devedor total em 31 de março de 2026	Menos de um ano até 31 de março de 2027	Entre 1º de abril de 2028 até março de 2031	A partir de abril de 2031
Fornecedores	32.721	30.353	2.368	-
Empréstimos e financiamentos	824	295	529	-
Debêntures	858.772	66.061	103.525	689.186
Arrendamentos	51.511	5.077	17.770	28.664
Licenças ambientais de instalação e operação	3.316	1.930	1.386	-
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	126.721	-	126.721	-
Total	1.073.865	103.716	252.299	717.850

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iv) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia e suas controladas, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados nas Notas Explicativas nºs 12 e 13.

v) Estimativa do valor justo

Os passivos financeiros da Companhia classificados ao custo amortizado, em especial as debêntures incentivadas de 2ª série com saldo de R\$ 257.671 (R\$ 248.905, em 31 de dezembro de 2025), possuem mercado secundário ativo na B3. Em atendimento ao CPC 48 (vigente a partir de 01/01/2026), o valor justo dessas debêntures foi estimado com base em cotações de mercado, sendo classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo definida no CPC 46. O valor justo estimado em 31 de março de 2026 é de R\$ 249.480 e de R\$ 242.112 em 31 de dezembro de 2025 (divulgado exclusivamente para fins informativos, não alterando o critério de mensuração ao custo amortizado). Para os demais passivos financeiros, os saldos contábeis aproximam-se dos valores justos em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado.

vi) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com o objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos hipotéticos, não significando que as transações alcançarão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Instrumento financeiro	Saldo em 31/03/2026	Cenário atual %	Cenário provável % ¹	Cenário provável	Cenário	
						Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Aumento do IPCA	Conta Ressarcimento de energia líquido a pagar - CCEE	126.619	4,14%	4,14%	131.861	133.172	134.482
Aumento do IPCA	Empréstimos e financiamentos	824	9,13%	9,19%	900	919	938
Aumento do CDI	Debêntures	580.000	14,80%	14,79%	665.782	687.228	708.673
Aumento do IPCA	Debêntures	240.000	4,14%	4,14%	249.936	252.420	254.904
Diminuição do CDI	Aplicações financeiras e cauções e depósitos vinculados	185.151	14,80%	14,79%	212.535	205.689	198.843

¹ Cenário provável representa as estimativas previstas no relatório Focus do Banco Central do Brasil;

vii) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora			
	31/03/2026	31/12/2025	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	13	25	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	39.151	1.062	1	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	2	-	2	Valor justo por meio do resultado
Dividendos a receber	-	13.513	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	10.400	44.901	-	Custo amortizado
Total	49.566	59.501		
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	67.013	67.697	2	Valor justo por meio do resultado
Total	67.013	67.697		
Total ativos financeiros	116.579	127.198		
Passivos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Fornecedores	81	41	-	Custo amortizado
Debêntures institucionais	55.027	30.462	-	Custo amortizado
Debêntures incentivadas	11.034	6.059	1	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	13.048	-	Custo amortizado
Total	66.142	49.610		
Não circulante				
Debêntures institucionais	546.074	545.646	-	Custo amortizado
Debêntures incentivadas	246.637	242.846	1	Custo amortizado
Total	792.711	788.492		
Total passivos financeiros	858.853	838.102		

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Classificação por categoria
	31/03/2026	31/12/2025	
Ativos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Caixa e contas- correntes (caixas e equivalentes de caixa)	206	194	- Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	117.869	113.119	1 Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	24.215	32.013	- Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	102	163	- Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	802	791	- Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	63	-	2 Valor justo por meio do resultado
Total	143.257	146.280	
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	67.013	67.697	2 Valor justo por meio do resultado
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	-	548	- Custo amortizado
Partes relacionadas	6.147	9.061	- Custo amortizado
Total	73.160	77.306	
Total ativos financeiros	216.417	223.586	
Passivos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Fornecedores	30.353	37.059	- Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	295	292	- Custo amortizado
Debêntures institucionais	55.027	30.462	- Custo amortizado
Debêntures incentivadas	11.034	6.059	1 Custo amortizado
Outras contas a pagar	30	-	- Custo amortizado
Dividendos a pagar	-	23.122	- Custo amortizado
Arrendamentos	5.077	5.155	- Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	1.930	1.593	- Custo amortizado
Partes relacionadas	10	13.048	- Custo amortizado
Total	103.756	116.790	
Não circulante			
Fornecedores	2.368	2.875	- Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	529	602	- Custo amortizado
Debêntures institucionais	546.074	545.646	- Custo amortizado
Debêntures incentivadas	246.637	242.846	1 Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	126.721	104.478	- Custo amortizado
Arrendamentos	46.434	46.316	- Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	1.386	2.085	- Custo amortizado
Total	970.149	944.848	
Total passivos financeiros	1.073.905	1.061.638	

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado, com exceção das debêntures incentivadas, conforme item Nota Explicativa nº 31 (v). A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

viii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	39.164	1.087	118.075	113.313
Total	39.164	1.087	118.075	113.313

ix) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

x) Riscos regulatórios

A atividade das controladas está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia e suas controladas são auxiliadas por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora da Companhia, Ibitu Energia, detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as companhias do Grupo Ibitu Energia.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas apresentam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Consolidado

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos e outros.	100.000	até 07/10/2027
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	5.000	até 07/04/2027
D&O	R.C. de Administradores e Diretores [D&O]	120.000	até 10/05/2027

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

a) Saldos adquiridos com a aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis

	Saldos da aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis	Variação	Saldo em 31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	80.343	2.148	82.491
Contas a receber de clientes	27.334	(4.452)	22.882
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	354	(20)	334
Impostos e contribuições a recuperar	37	(8)	29
Cauções e depósitos vinculados	88.748	3.377	92.125
Estoque	3.738	(872)	2.866
Adiantamento a fornecedores	774	384	1.158
Despesas pagas antecipadamente	205	238	443
Partes relacionadas	23	(23)	-
Ativo não circulante disponível para venda	1.995.305	(26.383)	1.968.922
Imobilizado	868.528	(2.862)	865.666
Ativo direito de uso	49.554	(201)	49.353
Intangível	142.440	(835)	141.605
Total	3.257.383	(29.509)	3.227.874
Fornecedores	(23.704)	(5.247)	(28.951)
Empréstimos e financiamentos	(48.003)	(263)	(48.266)
Impostos e contribuições a recolher	(2.843)	(399)	(3.242)
Conta Ressarcimento de energia a pagar - CCEE	(63.209)	(9.740)	(72.949)
Passivo não circulante disponível para venda	(1.394.349)	2.225	(1.392.124)
Arrendamentos	(3.741)	346	(3.395)
Licenças ambientais de instalação e operação	(1.167)	29	(1.138)
Empréstimos e financiamentos	(246.980)	3.555	(243.425)
Arrendamentos	(47.283)	-	(47.283)
Provisões para contingências	(6.176)	(89)	(6.265)
Provisões para desmantelamento	(5.528)	(24)	(5.552)
Licenças ambientais de instalação e operação	(2.152)	-	(2.152)
Capital social	(1.412.265)	(835)	(1.413.100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(100)	(100)
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	17	40.051	40.068
Total	(3.257.383)	29.509	(3.227.874)

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações não caixa - Controladora - Atividades financeiras

2026	Fluxo de caixa		Alterações não caixa			31/03/2026
	31/12/2025	Custos de transação de emissão	Atualização do principal	Apropriação	Encargos	
Debêntures	825.013	(4)	23.995	431	9.337	858.772
Total	825.013	(4)	23.995	431	9.337	858.772

c) Transações não caixa - Consolidado - Atividades financeiras

2026	Fluxo de caixa			Alterações não caixa			31/03/2026
	31/12/2025	Custos de transação de emissão	Pagamento de Principal e Juros	Atualização do principal	Apropriações	Encargos	
Debêntures	825.013	(4)	-	23.995	431	9.337	858.772
Empréstimos e financiamentos	894	-	(97)	-	-	27	824
Total	825.907	(4)	(97)	23.995	431	9.364	859.596

2025	Fluxo de caixa		Alterações não caixa			31/03/2025
	28/02/2025	Pagamento de principal e juros	Apropriações	Encargos		
Empréstimos e financiamentos	294.984	(5.766)	24	2.449	291.691	
Total	294.984	(5.766)	24	2.449	291.691	

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

34. Obrigações contratuais

As controladas possuem compromissos contratuais futuros, ainda não incorridos e, portanto, não reconhecidos nas informações financeiras, relacionados principalmente à aquisição de energia elétrica, encargos pelo uso da rede elétrica e serviços de operação e manutenção. Esses compromissos, essenciais para a continuidade das atividades operacionais, são formalizados em contratos que especificam valores, prazos e condições. Os detalhes desses compromissos estão apresentados a seguir, atualizados pelas respectivas taxas contratuais na data-base de 31 de março de 2026, ou seja, sem projeção de índices de correção, e não estão ajustados a valor presente:

	Consolidado						
	31 de março de 2026						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Compra de energia elétrica	18.862	25.035	25.104	25.035	25.035	92.274	211.345
Encargos de uso do sistema de transmissão de energia	18.724	24.965	24.965	24.965	24.965	359.586	478.170
Materiais e serviços (*)	24.084	32.112	23.527	18.235	18.235	227.459	343.652
Total	61.670	82.112	73.596	68.235	68.235	679.319	1.033.167

(*) Ao término do contrato de manutenção vigente, a Companhia poderá optar pela renovação do contrato ou pela internalização das atividades. A decisão será tomada com base nas condições à época.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

35. Eventos subsequentes

Reduções de Capital em Subsidiárias

Em 09 de fevereiro de 2026, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias em subsidiárias da Companhia, nas quais foram aprovadas reduções de capital social por considerá-los excessivos em relação aos respectivos objetos sociais. Cada redução foi realizada mediante o cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Os valores aprovados estão demonstrados a seguir:

Subsidiária	Valor da Redução de Capital (em reais)	Número de Ações Canceladas
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	R\$ 11.780.000,00	11.780.000
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	R\$ 3.250.000,00	3.250.000
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	R\$ 1.360.000,00	1.360.000
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	R\$ 4.380.000,00	4.380.000
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	R\$ 3.610.000,00	3.610.000
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	R\$ 1.700.000,00	1.700.000
Central Geradora Eólica Acari S.A.	R\$ 510.000,00	510.000
Central Geradora Eólica Arena S.A.	R\$ 7.180.000,00	7.180.000
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	R\$ 5.060.000,00	5.060.000
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	R\$ 840.000,00	840.000
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	R\$ 3.300.000,00	3.300.000
Total	R\$ 42.970.000,00	42.970.000

Nos termos do Art. 174 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), as operações foram submetidas ao prazo legal de 60 dias para oposição de credores. Considerando que o referido prazo decorreu sem qualquer manifestação ou oposição de credores quirografários, as reduções de capital tornaram-se definitivas e foram efetivadas em abril de 2026.

Com a efetivação, o montante total de R\$ 42.970.000 está sendo restituído à Companhia, na qualidade de acionista controladora, em moeda corrente nacional, sem incidência de juros ou correção monetária.

Impactos contábeis

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora (método de equivalência patrimonial), essas operações resultarão na redução do saldo da conta "Investimentos" e no correspondente aumento do ativo circulante (partes relacionadas e, posteriormente, caixa e equivalentes de caixa).
